

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

VANESSA CAETANO

**CHEFIA FAMILIAR FEMININA E O DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL: UMA
ANÁLISE DO ENPESS (2006 a 2010)**

FLORIANÓPOLIS

2012

VANESSA CAETANO

**CHEFIA FAMILIAR FEMININA E O DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL: UMA
ANÁLISE DO ENPESS (2006 a 2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social
da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof^a MSc. Letícia Soares
Nunes.

**Florianópolis
2012**

VANESSA CAETANO

**CHEFIA FAMILIAR FEMININA E O DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL: UMA
ANÁLISE DO ENPESS (2006 a 2010)**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado, no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo (a) professor (a) orientador(a) e membros abaixo mencionados.

Professores que compuseram a banca examinadora:

Prof^a. MSc. Letícia Soares Nunes.
Professora Orientadora

Prof^a. Dra. Myriam Raquel Mitjavila
1º membro da Banca

Prof^a. Dra Luciana Patrícia Zucco.
2º Membro

Florianópolis, SC, 30 de julho de 2012.

Dedico esse trabalho as minhas lindas filhas
Lauryne e Lara (*in memóriam*) que me
conduziram a conclusão de mais este objetivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao único digno de toda honra:

Obrigada senhor, por me ajudar a concluir mais um ciclo em minha jornada e permitir que ao mesmo tempo eu pudesse ser íntegra em meu lar, em minha família, em meu trabalho e, sobretudo em te servir!

Ao meu marido Vanderlei que ao prover e administrar nosso lar neste longo período possibilitou minha total entrega às atividades acadêmicas, com carinho, meu muito obrigado.

A minha querida filha que teve que amadurecer e tornar-se independente, precocemente em meio a este processo da graduação.

Aos amigos que conheci ao longo do curso e aos que permanecerão em meu convívio Jéssica Campos, Aline Soares e outras, que possivelmente ainda farão parte do meu grupo de trabalho.

A MSc. Cleide Gessler que carinhosamente aceitou fazer parte da banca na ausência de um dos examinadores e aos demais professores que caminharam comigo nesta jornada acadêmica.

Agradeço especialmente a orientadora Letícia Soares Nunes que com domínio e apropriação me conduziu a criar, mudar, evoluir e transformar este trabalho em realização.

Por fim, desejo expressar minha enorme gratidão às professoras doutoras examinadoras da Banca, Dra Myriam Raquel Mitjavila e Dra Luciana Patrícia Zucco, por aceitarem avaliar e assim materializar este trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

CAETANO, Vanessa. **Chefia Familiar feminina e o debate do serviço social: uma análise do ENPESS (2006 a 2010)**. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Em meio ao predominante número de lares chefiados por mulheres na contemporaneidade, realizou-se um estudo acerca de tal temática, o qual não pretende esgotar-se aqui. Aspira-se analisar a produção de conhecimento em Serviço Social no que concerne à temática família, a partir de um enfoque de gênero para problematizar a chefia familiar feminina, mais especificamente: descrever as principais mudanças nas configurações das famílias brasileiras ocorridas a partir do século XX; bem como, identificar as principais tendências de estudo do Serviço Social sobre a temática família com enfoque de gênero. Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório delineado como pesquisa bibliográfica, e com base na natureza dos dados, o presente estudo é qualitativo e quantitativo. Optou-se por fazer uma análise do tema, dentro da produção científica do serviço social, a partir dos artigos publicados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) realizados nos anos de 2006, 2008 e 2010 como meio de contribuir para a discussão e ampliação da produção do conhecimento do serviço social, junto a este inesgotável espaço. A pesquisa realizada comprova o reconhecimento de novos arranjos familiares, ao passo que os relaciona as atuais práticas sociais conservando o ponto de vista de gênero. A análise dos artigos pesquisados aponta as principais tendências de estudo dessa categoria profissional em meio à temática chefia familiar feminina. Conclui-se então, que entre as tendências mais recorrentes estão a categoria analítica marxista; formação profissional, seguida da atuação profissional; políticas públicas; agricultura familiar e emancipação feminina. Ainda, de acordo com a análise acerca das autoras selecionadas, as publicações sobre chefia familiar feminina nesse contexto são produzidas exclusivamente por mulheres, com predomínio de titulação em doutorado, sendo que a maioria delas são Assistentes Sociais e exercem atividade na docência.

Palavras-chave: Família. Mulher chefe de família. Gênero. Produção do Conhecimento em Serviço Social.

LISTA DETABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Informação sobre violência contra mulheres.....	20
Tabela 2 – Artigos analisados nos ENPESS 2006, 2008 e 2010.....	32
Gráfico 1 - Proporção de domicílios chefiados por mulheres.....	21
Gráfico 2 – Proporção de trabalhos que debatem a temática gênero por eixo temático.....	31
Gráfico 3 – Formação das autoras dos artigos analisados.....	33
Gráfico 4 – Titulação das autoras dos artigos analisadas nos ENPESS 2006, 2008 e 2010.....	34
Gráfico 5 – Atividade realizada pelas autoras dos artigos analisados nos ENPESS 2006, 2008 e 2010.....	35
Gráfico 6 – Região das autoras dos artigos analisados nos ENPESS 2006, 2008 e 2010.....	36

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ENPESS	Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social
GTPs	Grupos Temáticos De Pesquisa
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PIA	População por Idade
PO	População por Ocupação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: CHEFIA FEMININA	13
2.1 A TEMÁTICA FAMÍLIA	13
2.2 FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES	16
3 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL: FAMÍLIA COM ENFOQUE DE GÊNERO	25
3.1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	25
3.2 ANÁLISE DOS ARTIGOS DO ENPES.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48
Apendice 1: Revisão linear acerca das transformações ocorridas no papel da mulher na sociedade	53

1 INTRODUÇÃO

A temática, mulheres chefe de família emerge no cenário das novas configurações familiares com a presença de arranjos compostos por um dos membros e filhos neste caso, a mulher. Ao longo deste trabalho procura-se discutir sobre estes fatores, tendo em vista a análise do percurso histórico vivido pelas mulheres.

A inserção da mulher no mercado de trabalho teve início na metade do século XX, conduzindo-se ao próprio sustento com o seu trabalho e a pleitear seu espaço no mercado e na sociedade. No final do século XX, o Brasil mudou profundamente nos meios políticos e sociais. “A atuação da mulher como líder nas instituições, ampliou as possibilidades de conquista e influência em uma mudança cultural” (ALTTMAN; COSTA, 2009, p.34). Esse período é marcado por fatos (APÊNDICE 1) que foram decisivos para a disseminação dos novos arranjos sociais e familiares, tais como, a queda no número de filhos por casal e à conquista do sufrágio feminino no bojo do movimento feminista.

Contudo, ainda há fatores como a violência doméstica, por exemplo, frequentemente sofrida por mulheres nos dias atuais comprovando que existe um longo caminho a ser percorrido no que se refere à independência feminina.

O trabalho aponta para uma sociedade que resiste em acompanhar as transformações dos modelos familiares, no mesmo ritmo em que elas acontecem, preservam valores e mantêm as concepções tradicionais com relação aos papéis do homem e da mulher no meio familiar. No entanto, o crescimento no número de lares com chefia feminina demonstra a emergência em discutir esta temática no sentido de dar visibilidade às mulheres em suas múltiplas jornadas de trabalho, expressado nos serviços domésticos e nos cuidados com a família, bem como o trabalho remunerado exercido fora do lar.

O interesse pelo estudo do tema mulheres chefe de família surgiu no decorrer da graduação em serviço social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e justifica-se pelo fato de que gênero é um tema transversal e “[...] constitutivo da natureza profissional, uma vez que esta se constitui majoritariamente por mulheres, sendo a história da profissão também a histórica das mulheres” (MOREIRA et al., 2006, p. 1) e, também, por que este fenômeno constitui uma demanda específica

transversal à profissão, atualmente muito presente e ainda pouco discutida, na atual sociedade.

Espera-se que os resultados da pesquisa possibilitem a elucidação acerca da contribuição do serviço social e sua relação com a temática família no que concerne a questão de gênero.

Em meio aos elementos expostos e dentro desse contexto, que se apresenta a questão norteadora deste estudo que consiste em identificar **Como o Serviço Social vem abordando a temática família no que concerne à questão de gênero?**

Salienta-se que o trabalho tem por objetivo principal analisar a produção de conhecimento em Serviço Social no que concerne à temática família, a partir de um enfoque de gênero para problematizar a chefia familiar feminina.

Deste modo, entre os objetivos específicos destacamos:

- Descrever as principais mudanças nas configurações das famílias brasileiras ocorridas a partir do século XX;
- Identificar as principais tendências de estudo do Serviço Social sobre a temática chefia familiar feminina.

Quanto aos meios de investigação para alcance dos objetivos propostos, delineou-se à pesquisa bibliográfica. Vergara (2004, p. 48) define: “Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais [...], isto é material acessível ao público em geral”.

Gil (1994) classifica as pesquisas em três tipos: exploratórias, descritivas e explicativas, contudo este trabalho consistirá num estudo do tipo exploratório, compreendido por aqueles que permitem ao pesquisador aprofundar e adquirir um maior conhecimento a respeito de um problema.

Com base na natureza dos dados utilizaremos a pesquisa do tipo qualitativa como referencial metodológico, proposto Minayo (1996 p.21) por “responder a questões muito particulares”. De acordo com a autora esse tipo de pesquisa:

Trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1996, p.21).

Deste modo, faz-se necessário ressaltar que também colheremos dados quantificáveis que evolverão uma ampla e aprofundada análise dos artigos e dos

autores da área em que os problemas estudados estarão situados (ENPESS) com a pretensão de desenvolver estas abordagens conjuntamente para obter-se maiores informações.

Para a avaliação das informações descritas no problema da pesquisa, o universo da amostra abrangerá a produção de conhecimento do Serviço Social a partir do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) dos anos 2006, 2008 e 2010, espaço utilizado para discussão da produção profissional. Destaca-se dessa forma que será analisado o X, XI e XII ENPESS mediante as produções apresentadas nas modalidades apresentações orais e pôsteres, bem como os demais eixos temáticos.

Importa-nos referenciar que se trata de uma pesquisa que já foi objeto de atenção de outros pesquisadores¹, porém, com abordagens diferenciadas, dentre elas: análise de artigos de outros eventos para além do ENPESS, período de análise de artigos diferentes, enfoques em outros eixos temáticos.

O trabalho constitui-se de quatro seções:

Na primeira seção, que consiste na introdução do trabalho, apresentam-se a justificativa de estudo da temática, os objetivos e a estrutura do trabalho, bem como a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos.

A segunda seção objetiva compreender e contextualizar a família sob a perspectiva das novas configurações familiares e a chefia feminina enfocando a categoria analítica gênero. Apresentaremos uma revisão bibliográfica acerca da temática família, mas especificamente àquelas com chefia feminina objetivando dar maior ênfase ao papel da mulher na sociedade, a partir de uma abordagem sobre a evolução e conquista ao longo do século, sinalizando algumas datas marcantes. Essa seção será construída com base na leitura das obras de alguns autores (as), tais como: Mioto (2006), Carvalho (1998), Santos (2001), Alttiman e Costa (2009) entre outros.

Orientados por tal discussão, na terceira seção deste estudo onde sinalizaremos a importância da produção de conhecimento no serviço social, utilizando como parâmetro de análise os dados obtidos nos anais dos ENPESS, realizados nos anos de 2006, 2008 e 2010. Os ENPESS abordam as mais

¹ Dentre os pesquisadores podem ser citados Anelise; Coutinho & Cassab (2007), Tasca (2010) entre outras.

complexas configurações do contexto social brasileiro com grande relevância e contribuição para formação de pesquisadores, para formação profissional, bem como para o processo de formação de graduação e pós-graduação.

Em 2012 será realizado o XIII ENPESS organizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Cabe ressaltar que este evento é realizado a cada 2 anos, contudo a pesquisa acerca da produção científica do Serviço Social neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme já sinalizado, desenvolveu-se utilizando como fonte os anais das últimas 3 edições.

Face à relevância em dar continuidade à pesquisa e com a intenção de não repetir os estudos anteriores, nos orientaremos pelo marco da Lei Maria da Penha como delimitação temporal. Instituída em 2006 com o objetivo de proteger a mulher e a família, a escolhemos por seus impactos e determinações sociais.

Conforme o artigo 1º da lei 11.340/2006:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (...). Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (...); dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006).

Essas determinações mais gerais e complexas vão configurando o contexto social brasileiro, visto que a Lei Maria da Penha tem por função proteger não só a mulher, mas através dela, toda a família, propondo evitar a violência nesse contexto trazendo impactos relevantes à produção do conhecimento, à formação profissional e à atuação em todos os níveis.

Neste sentido, selecionou-se os trabalhos cujos títulos, resumo ou palavras-chave tivessem proximidade com as palavras mulheres, família, chefia feminina, e aqueles que abordassem a formação e o exercício profissional do Serviço Social buscando identificar as principais tendências de estudo dessa categoria profissional sobre a temática família com enfoque de gênero.

É nesta direção que se apresenta a quarta e última seção do trabalho que constituirá as considerações finais, estas pretendem sustentar as argumentações frente às novas demandas da sociedade no que concerne as transformações ocorridas nas famílias brasileiras, especificamente às chefiadas por mulheres.

2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: CHEFIA FEMININA

O trabalho que se segue está subdividido em duas grandes seções, são estas, a discussão acerca das novas configurações familiares e análise em torno da chefia feminina.

Como citado na primeira seção, os autores que contribuíram para o debate foram Miotto (2006); Carvalho (1998); Santos (2001); Altiman e Costa (2009) e outros que serão destacados ao longo do trabalho.

2.1 A TEMÁTICA FAMÍLIA

Segundo a Constituição Federal brasileira, Capítulo VII, § 3º para efeito da proteção do Estado, a família é “(...) união estável entre o homem e a mulher (...) devendo a lei facilitar sua conversão em casamento” (BRASIL, 1988). Trata-se da união de pessoas de sexos diferentes² unidas por casamento, descendência ou adoção, consideradas como base da sociedade sob estes aspectos.

A temática família é um objeto transversal, abordado numa perspectiva multidisciplinar e reveladora de uma pluralidade de modelos, constituído de um desafio que envolve situações de várias ordens, tais como, econômica, política e social.

De forma simplificada, a família não é mais vista como organizada por normas ‘dadas’, mas sim fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e nesse sentido, sua duração no tempo depende da duração dos acordos [...] (BILAC, 1995 apud RIBEIRO, 1999, p.42).

Assim sendo, independente das configurações que assume a família, sem dúvida é um tema muito complexo e deve ser abordado em diferentes áreas de estudo, pois a discussão em torno das transformações é ampla e deve-se buscar romper com as convicções tradicionais.

² No dia 5 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal, reconheceu por unanimidade a união marital entre pessoas do mesmo sexo.

Nesse sentido podemos perceber que há um embate acerca das novas construções da estrutura familiar que se contrapõem aquilo que prevê a Constituição Federal. O que vem sendo atribuído à família na sociedade contemporânea deve contemplar as novas demandas e o novo modo de organização social, não sendo possível perder de vista a análise dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Por esta razão, fica difícil considerar apenas um modelo familiar. Apesar do tradicional modelo de pai provedor, mãe e filhos ainda prevalecer, consideraremos para fins deste trabalho, os conceitos abordados na concepção sistêmica apresentado por Capra (1996) e a concepção de rede apresentada por Miotto (1997); embora haja diferenças entre entender a família numa concepção sistêmica e numa de rede.

Na primeira concepção cada membro da família desenvolve uma maneira de ser específica, por um padrão. Assim, cada indivíduo é influenciado pelas maneiras de seus familiares como um todo, e estas influências sistematicamente são repassadas por várias gerações. A partir da idéia de sistema, não cabem apenas ações isoladas a tais famílias.

Para a teoria sistêmica o sujeito não está isolado, ele está em constante comunicação com os demais, conforme afirma Capra (1996, p. 51):

A ciência sistêmica mostra que os sistemas não podem ser compreendidos por meio da análise individual. As propriedades das partes não são necessariamente propriedades extrínsecas, mas precisam ser vistas e entendidas dentro do contexto do todo. (...) pensando na busca da verdade do todo.

Nesta abordagem a família caracteriza-se por ser influenciada pelo contexto em que está inserida e também por influenciá-lo, sendo sujeita a mudanças em seu funcionamento e nos papéis exercidos por seus membros. Deste modo, para o pensamento sistêmico a modificação de uma das partes altera o conjunto e logo afetará todas as outras. Ou seja, o que ocorre dentro da família e fora dela vai influenciar no seu equilíbrio.

Diante deste cenário, a família torna-se espaço de situações individuais e muitas vezes contraditórias gerando transformações em sua estrutura. Para Barbosa (1993, p. 46) “A família representa o espaço necessário à expressão dos sentimentos, pensamentos e ações que vão, numa relação de troca com os outros membros, construindo as identidades individuais do grupo familiar”.

Nas décadas de 1970 e 1980 o contexto brasileiro regido pelo militarismo sofreu uma série de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais a partir da emergência de vários movimentos sociais, entre eles o movimento feminista. Este movimento exigia maior participação e representatividade das mulheres na sociedade, criticando os valores burgueses de vida e o modelo tradicional de família. Autores como Poster (1979) alegam que esse “modelo” de família reforçava o papel da mulher restrita ao âmbito doméstico, excluída do mercado de trabalho e voltada aos papéis de mãe e esposa. Para Poster (1979, p.223) esta ideologia:

(...) prende as mulheres à rotina do trabalho doméstico. A ideologia do cuidado maternal compele as mulheres a renunciarem às suas próprias necessidades a serviço dos filhos, desencoraja os homens a envolverem-se na atividade humanizante da criação dos filhos e defronta as crianças com um padrão de autoridade intrusa (...).

Contudo, entre vários autores que criticavam o modelo, Carvalho (2002, p. 15) afirma que:

As expectativas em relação à família estão, no imaginário coletivo, ainda impregnada de idealizações, das quais a chamada família nuclear é mais um dos símbolos. [...] no entanto, estas expectativas são possibilidades e não garantias. A família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades.

Se antes era mais comum visualizar a família nuclear com pai, mãe e filhos, atualmente existe uma preocupação em se considerar outros arranjos como parte da sociedade, reafirmando a família como uma “rede de cuidados e de afeto”, onde Mioto (1997, p. 120) afirma que a família pode ser definida como:

Um núcleo de pessoas que convivem num determinado lugar, durante um lapso de tempo e que se acham unidos ou não por laços consangüíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros e se encontra diretamente, articulado com a estrutura social a qual está inserida.

Entender a família nesta perspectiva significa dizer que ao fazer parte de uma família, não necessariamente você precisa estar inserido em uma constituição formada por pai, mãe e irmãos, mas esta rede ao qual estão inseridos estes membros deve estar associada às práticas que os mesmos compartilham.

Sarti (2005a) fala que a família em rede é uma vertente que entende que a mesma não se limita a um núcleo e nem a uma unidade doméstica, definindo-a em torno de um eixo moral. Ou seja, nesse a casa, a família é definida para além dos

laços sanguíneos, logo: “[...] são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em que se pode confiar” (SARTI, 2005a, p. 33).

Deste modo, as práticas sociais são expressas por valores, baseados em experiências de convívio, configurando novas demandas e nos permitindo entender melhor o papel dos indivíduos nas famílias. Nesta perspectiva “as redes funcionam também como um elemento de extrema importância no contexto da proteção social” (MIOTO, 1997, p.120).

É importante lembrar que algumas mudanças no decorrer do século XX diante desta nova composição familiar apontam para transformações que vêm paralelas aos múltiplos arranjos familiares, e ainda, as mudanças no tradicional padrão da divisão sexual do trabalho, bem como nos padrões da sexualidade. Entre uma análise mais aprofundada sobre estas questões, discutiremos acerca da chefia familiar feminina a qual será abordada na subseção 2.2.

2.2 FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

Conforme apresentado na subseção anterior, a partir do século XX é possível perceber mais claramente as mudanças nas configurações das famílias brasileiras, sobretudo na esfera econômica afetando homens e mulheres de maneira diferenciada, refletindo nas posições ocupadas por ambos dentro e fora da família. Ou seja, essas transformações não mais identificam apenas o homem enquanto provedor tão pouco a mulher enquanto única responsável pelos cuidados do lar e da família.

No que concerne às transformações enfatizadas, destaca-se a “[...] inserção das mulheres no mercado de trabalho, enfrentando um [...] duplo desafio de ‘cuidar’ e ‘prover’ as suas famílias” (GOLDANI, 2002, p. 35), bem como, fatores relacionados ao controle da fecundidade³, recomposições familiares advindas do fator modernidade e liberdade, os divórcios, as uniões livres, dentre outros. Esses elementos ora citados contribuem para as mais significativas mudanças no interior

³ Uma gradual queda na fecundidade foi observada a partir do final da década de 60, mais comum nas classes mais elevadas da sociedade, porém aos poucos se estendeu as outras classes. Tal fenômeno está diretamente ligado à profissionalização da mulher (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007). A queda na fecundidade se explica por muitos fatores, entre eles a disseminação de métodos anticoncepcionais, mudança da visão feminina sob a questão da maternidade e o novo papel da mulher resultado de anos de luta pela igualdade entre os gêneros.

do contexto familiar que, conforme se pode perceber, não se resumem apenas à chefia feminina, porém, a partir da leitura da temática, percebe-se que há um crescente aumento⁴ nas configurações expressadas pela monoparentalidade feminina⁵, mulheres chefiando família, famílias recasadas, ou mesmo pessoas que escolhem ficar sozinhas.

Esclarece-se que entre o século XX e XXI houve maior destaque à temática chefia familiar feminina em função do elevado número de pesquisa acerca da mulher e da família nas diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Esse novo contexto traz outra imagem às definições de sexo feminino e masculino, sobretudo no contexto familiar. Porém, nem sempre foi assim, em outros períodos históricos o que se tinha em nível de produção, baseava-se no modelo tradicional herdado da família nuclear burguesa⁶.

Segundo Santos (2008), as leis nas quais as famílias da antiga sociedade se fundamentavam, originou a concepção de chefia familiar que era designada a apenas um membro, mais frequentemente ao patriarca, possuidor de maior autoridade sobre os demais.

Pode-se afirmar que o termo “chefia familiar” é construído a partir da negação de um padrão considerado dominante, a chefia masculina, sendo a denominação chefia familiar feminina empregada quando o homem adulto não está presente, como se a família chefiada por mulheres fosse uma anomalia, já que não se faz esta distinção quando o homem está presente. Além desse aspecto, o critério definidor de chefia também é problemático, podendo ser definido a partir da autoridade sobre o núcleo familiar ou como poder advindo de sua manutenção (SANTOS, 2008, p. 4).

Frente à questão acerca do fenômeno da família chefiada por mulheres no contexto nacional, faz-se necessário pensar em dimensões que perpassam a questão de gênero, pois esta categoria passou por diversas fases até ganhar visibilidade e historicamente traz uma análise crítica muito pertinente a contextualização.

4 Esses dados estatísticos serão apresentados no decorrer dessa subseção.

5 A família monoparental consiste em um grupo social formado por um dos genitores (masculino ou feminino) e seus filhos que ainda não são adultos (VITALE, 2002).

⁶ Modelo tradicional burguês nuclear que é constituído por homem, mulher e (poucos) filhos.

No Brasil é a partir dos anos 70 que as mulheres chefes de família passam a ter visibilidade e conquistam um lugar entre as pesquisas sociológicas; além disso, é só no Censo Demográfico de 1980 que a categoria chefe passou a designar a pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família (BARROSO; BRUSCHINI, 1981, p. 40).

Para Montali (2006 p.1) “As cônjuges e chefes femininas passam a ter maior peso entre os ocupados da família, sendo esta força de trabalho cada vez mais requisitada pelo mercado”. Ou seja, o debate acerca dos modelos de família permitiu algumas transformações nas relações, especialmente com a inserção da mulher no mercado de trabalho e nos demais espaços sociais.

Assim sendo, a mulher historicamente responsabilizada pela instituição familiar no que diz respeito aos cuidados e manutenção da mesma, agora vem conquistando espaços na “naturalizada” dinâmica da divisão sexual do trabalho, alterando seu papel subordinado no contexto familiar. Contudo, é válido esclarecer que este fato gerou avanços gradativos na posição de independência em relação ao homem, porém, nem sempre legitimada.

De acordo com Santos (2008, p. 122) é:

No interior das famílias, as tarefas domésticas ainda são realizadas, majoritariamente, pelas mulheres. Isto explica que, muitas delas procuram trabalhar em atividades que exijam horários mais flexíveis, em locais que ofereçam algum recurso para atendimento de filhos menores, ou em outras circunstâncias que possibilitem maior compatibilização entre a vida doméstica e a profissional. Em muitos casos, as mulheres acabam optando pelo trabalho domiciliar ou em tempo parcial.

Portanto, na instituição familiar onde ocorrem as primeiras relações sociais é que podemos perceber a mulher redefinindo-se nos cuidados familiares, bem como na responsabilidade pelos trabalhos domésticos, pois permanecem reproduzindo tais atividades estejam elas na condição de provedoras ou não. Este padrão estabelecido e reproduzido, muitas vezes acaba por trazer consequências muito graves às famílias.

Algumas destas transformações podem nos dar um parâmetro acerca da percepção da dinâmica entre homens e mulheres no contexto das relações de gênero, que equivocadamente ainda estão muito atreladas às desigualdades sociais entre os sexos. A categoria de análise gênero é fundamental para nosso estudo, visto que a mesma explica o modo como se constroem as relações sociais.

O conceito de gênero difere-se do conceito de sexo e são construções que dependem de como a sociedade vê a figura do homem e da mulher, conforme afirma Strey (2000, p. 180):

Cada cultura tem idéias prevalecentes do que homens e mulheres devem ser. O que significa ser homem? O que significa ser mulher? Como as mulheres e os homens supostamente se relacionam uns com os outros? A construção cultural do gênero é evidente quando se verifica que ser homem ou ser mulher nem sempre supõe o mesmo em diferentes sociedades ou em diferentes épocas.

Para a autora esta construção de gênero ocorre a partir do contexto social em que os indivíduos se desenvolvem, ou seja, os papéis designados aos homens e às mulheres são construídos historicamente sendo organizados de acordo com as regras e valores em evidencia em determinado momento histórico. Scott (1990, p.14) analisa historicamente este conceito esclarecendo que o gênero organiza as relações sociais através das diferenças percebidas entre os sexos que consiste em “[...] um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Então, é na prática cotidiana, especialmente no convívio familiar que o feminino e o masculino desenvolvem diferentes posicionamentos.

Tendo em vista esse cenário que diz respeito à reprodução e à família, as mulheres passaram a ser vistas com mais atenção, especialmente a partir do movimento feminista que teve suas origens no Brasil na década de 1980. Na época o movimento já questionava as divisões tradicionais de papéis, bem como as diferenças no contexto de trabalho, educação, familiar, entre muitos outros. Estas manifestações sociais resultaram em conquistas atualmente visualizadas, sobretudo no campo das situações de violência sexista⁷.

A violência contra mulher apresenta-se como problema na sociedade brasileira, de modo que faremos uma breve contextualização do atual panorama da violência contra mulheres no Brasil.

Dados relativos à pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo⁸ no ano de 2001 sobre o perfil da mulher brasileira permite-nos visualizar um quadro sobre a violência contra mulheres no Brasil.

⁷ *Violência Sexista* é toda e qualquer agressão a mulher, realizada por um homem.

⁸ Neste debate, utiliza-se a pesquisa da Fundação Perseu Abramo para justificar a violência contra mulher. Os dados da pesquisa estão disponibilizados no livro *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (2001) de VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol e OLIVEIRA, Suely.

De acordo com a tabela 1, é possível verificar algumas das principais formas de violência cometidas contra mulheres.

33% das mulheres admitem já ter sido vítima de alguma forma de violência física;
27% sofreram alguma forma de violência psíquica;
24% relatam ter sido ameaçadas com armas;
20% relataram que tapas e empurrões são as formas mais comuns de violência;
18% sofreram como violência psíquica: xingamentos, ofensas à conduta;
15% sofreram ameaças e agredidas com coisas quebradas e objetos atirados;
13% relatam ter vivido estupro conjugal ou abuso;
11% relatam ter sofrido assédio sexual;

Tabela 1: Informações sobre a violência contra mulheres
Fonte: Venturi, Recaman e Oliveira (2001)

A atual visão acerca da violência vivenciada por mulheres se apresenta como um problema social grave, exigindo a criação de estratégias e políticas a fim de combatê-la.

Os dados apresentados na tabela número um, remetem a uma nova reflexão: a emergência de políticas públicas operantes de caráter universal que visem contemplar a mulher para além da perspectiva reprodutora do ponto de vista biológico, problematizando-a, sobretudo, a partir da possibilidade de sua autonomia. Bandeira (2005, p.8) afirma que as políticas públicas para as mulheres:

[...] têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos; ao contrário, a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável.

Para a autora, enquanto a mulher for compreendida apenas no eixo familiar pelos agentes públicos, não haverá avanços no que diz respeito à totalidade desta problemática.

A seguir apontaremos alguns dados estatísticos que demonstram o crescente número de famílias chefiadas por mulheres. O gráfico 1 apresenta este

crescimento no número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil entre 1992 e 2002.

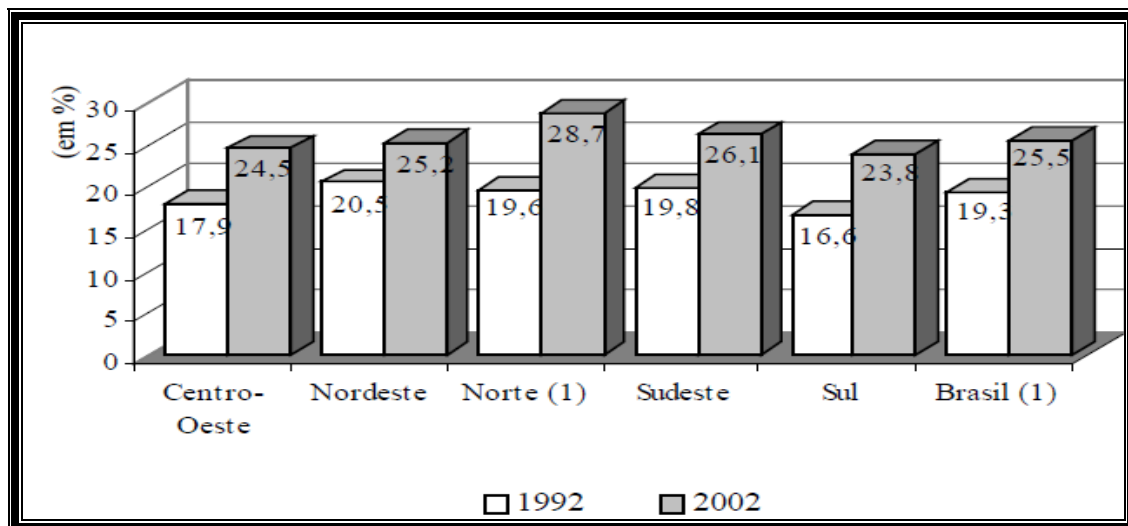


Gráfico 1: Proporção de domicílios chefiados por mulheres no Brasil

Fonte: DIEESE (2004, p. 2). (1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá.

Um estudo feito pelo cruzamento de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2009) demonstrou que entre 2001 e 2009 a proporção de famílias lideradas por mulheres subiu de cerca de 27% para 35% do total. No ano de 2009, um número de 21.933.180 de famílias indicaram uma mulher como principal responsável.

Segundo o IBGE (2012, [s.p]):

Em 2011, as mulheres eram maioria na população de 10 anos ou mais de idade (PIA), cerca de (53,7%). Contudo, eram minoria (45,4%) na população ocupada (PO). Essa estrutura distributiva reflete-se no nível de ocupação, relação que mostra o contingente de ocupados em relação ao total da PIA. Para as mulheres, esse indicador foi de 40,5% em 2003 passando para 45,3% em 2011. Entre os homens, esse percentual era de 60,8%, passando para 63,4%. A partir dessa evolução, percebe-se o maior crescimento do nível de ocupação das mulheres, vis a vis ao dos homens, ainda que em patamar bem inferior ao dos homens.

A informalidade na contratação, a falta de oportunidade, salário baixo, a longa jornada de trabalho, instabilidade são as grandes dificuldades encontradas por elas no mercado de trabalho.

Altman e Costa (2009, p. 36) mostram os dados de uma pesquisa realizada pelo Estado de São Paulo que indicam que 53% dos cargos de chefia nas 10

empresas consideradas as melhores para se trabalhar no país, são ocupadas por mulheres, 33% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, 55% dos matriculados no ensino superior são do sexo feminino, 10% dos profissionais de Engenharia no Brasil são mulheres.

Vale destacar que o número de mulheres economicamente ativas está ligado ao aumento da priorização da carreira profissional por parte delas.

A Síntese dos Indicadores Sociais, elaborada pelo IBGE, mostra que o aumento da escolaridade feminina reduz a fecundidade e a mortalidade infantil, mas, no mercado de trabalho, acentua a desigualdade entre homens e mulheres. Em 2004, as trabalhadoras com até 4 anos de estudo recebiam, por hora, em média, 80,8% do rendimento dos homens com esse nível de escolaridade, enquanto que aquelas com 12 anos ou mais de estudo recebiam 61,6% do rendimento-hora masculino. Dentro de casa, a situação da mulher não era diferente, elas trabalhavam 4,4 horas a mais por dia em afazeres domésticos (IBGE, 2012, [s.p.]).

Santos (2008) aponta a predisposição à queda na renda dos assalariados em geral durante a década de 90, devido à redução dos postos de trabalho e consequente aumento na taxa de desemprego em meio ao processo de reorganização produtiva. Segundo o autor: “As cônjuges e chefes femininas passam a ter maior peso entre os ocupados da família, sendo esta força de trabalho cada vez mais requisitada pelo mercado de trabalho” (SANTOS, 2008, p. 2). Destaca ainda que a entrada mulher no mercado de trabalho se deu de maneira desigual e cruel, aumentando a divisão entre homens e mulheres diante do mercado de trabalho. Essa desigualdade persiste também no trabalho doméstico.

A constituição familiar também foi completamente alterada adiante este período. Baseados nos dados colhidos de 1992 a 2005 pelo IBGE na PNAD, Sorj, Fontes e Machado (2007, p. 580) concluem que:

Embora a maior parte das famílias ainda seja composta por casais com filhos (50%), houve uma forte retração no número de famílias com essa estrutura (em 1981, o percentual de famílias desse tipo era de 65%). Em compensação, cresceu expressivamente o número de famílias compostas por chefes mulheres e filhos sem a presença do cônjuge, isto é, as famílias monoparentais femininas. Esse tipo de família é o segundo mais comum e passou de 12% nos anos 80 para 18% em 2006.

Os autores supracitados observaram também que: “O aumento da de pessoas que moram sozinhas, que passou de 6% em 1981, para 11% em 2005, e o crescimento do percentual de casais sem filhos (de 12% para 15% no mesmo período)” (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007, p. 580).

As pesquisas estatísticas são de fundamental importância por que produzem dados mais exatos e mostram diagnósticos informativos de áreas e grupos. Embasados pela exposição dos dados estatísticos identificamos que a organização familiar e as relações entre seus membros foram alteradas, porém, ainda existe no meio familiar, a interação entre os valores e padrões comportamentais novos e antigos. Baseado nas mudanças sociais demandadas por diferentes modelos de relacionamento a mulher é colocada em situação de desvantagem em relação ao homem e isto implicou no seu empobrecimento.

Diante dessa questão, é importante sinalizar que entre as famílias chefiadas por mulheres há uma característica comum, identificada a partir do perfil sócio econômico que as reconhece quase que sempre em situação de vulnerabilidade. A essa vulnerabilidade denomina-se como processo de feminização da pobreza, ou seja, há uma diferença na condição de pobreza entre mulheres e homens que é retratada, sobretudo, na disparidade salarial entre os gêneros. Nas classes mais pobres, não apenas as chefes de família, mas as mulheres, em geral exercem funções domésticas sem remuneração, que são fundamentais para a manutenção da força de trabalho na economia nacional.

Contudo, Santos (2008, p.5) nos ajuda a compreender que:

A chefia familiar feminina não pode ser considerada um indicador de maior pobreza das mulheres, mas sim um fator de maior vulnerabilidade. Embora se constate uma maior incidência de chefia familiar feminina nos domicílios pobres, o fenômeno vem crescendo também nas camadas médias e altas. Lares chefiados por mulheres são muito heterogêneos e não podem receber a mesma categorização com relação à pobreza. No entanto, não se deve desconsiderar esta tendência nos estudos sobre pobreza e políticas sociais, pois este corte analítico pode colaborar para ressaltar a desigualdade de gênero e a pobreza diferenciada entre homens e mulheres.

A grande contribuição desta discussão é poder articular a categoria analítica gênero, classe social, contexto familiar, econômico entre outras, de modo que seja possível vislumbrar a origem das diferenças e interações construídas em uma sociedade patriarcal que institui a igualdade social e historicamente subordina e ou violenta a figura feminina.

Destaca-se, ainda, que entre os grupos pobres, a questão da mulher e o trabalho realizado por elas, foi um fator em evidência em vários momentos históricos e quase sempre atrelados à conservadora lógica de responsabilização da mulher, Miotto (2006, p. 53) afirma que:

Os serviços continuam se movimentando a partir de expectativas relacionadas aos papéis típicos de uma concepção funcional de família, em que a mulher-mãe é responsável pelo cuidado e educação dos filhos e o homem-pai, pelo provimento e exercício da autoridade familiar. Assim, o desempenho dessas funções está fortemente vinculado a julgamentos morais, principalmente em relação à figura materna.

Nesse sentido, podemos visualizar uma trajetória com poucas mudanças, em meio à falta de uma série de políticas que ajudem a diminuir as desigualdades e assim possibilitem efetivamente a visibilidade social das mulheres e suas famílias, ou mesmo as mulheres que não conseguem sobreviver sem a intervenção do Estado.

A socióloga Carvalho (1998, p. 7), afirma que:

Independentemente dos fatores regionais, as principais razões dos maiores índices de pobreza de domicílios chefiados por mulheres são: (1) uma maior taxa de dependência resultante da baixa participação dos pais no sustento dos filhos e mesmo da ausência destes do domicílio e (2) a média mais baixa de salários do principal trabalhador remunerado, neste caso, a mãe [...]. Além dos afeitos provenientes da discriminação de gênero sofrida pela mulher no mercado de trabalho, fatores específicos relacionados à chefia feminina – tais como restrições de tempo e mobilidade e preconceito contra as mulheres que chefiam seus próprios domicílios – contribuem para a formação de um contexto desfavorável.

As mulheres chefes de família, mesmo as que trabalham e independentemente de serem casadas ou não, assumem o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, praticamente sozinhas como salienta a historiadora Michelle Perrot (2007, p. 115), “o caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona-de-casa”. Contudo, apesar da discriminação e de todas as dificuldades enfrentadas por elas as mulheres estão, cada vez mais, conquistando seu espaço no mercado e fazendo a diferença na economia nacional.

É nesse sentido que enfocaremos na seção a seguir, na produção do conhecimento do serviço social, como nos propúnhamos no início do trabalho, com o objetivo de identificar as principais tendências de estudo do Serviço Social sobre a temática família, a partir de um enfoque de gênero para problematizar a chefia familiar feminina

3 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL: FAMÍLIA COM ENFOQUE DE GÊNERO

A apresentação a seguir propõe sinalizarmos a importância da produção de conhecimento do serviço social, utilizando como parâmetro de análise os dados obtidos nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizados nos anos de 2006, 2008 e 2010.

3.1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Ressaltando a pertinência da ligação entre as propostas que perpassam ganhos para a sociedade no que concerne às temáticas gênero, famílias e serviço social, este último, que tem como significado principal da profissão as expressões da questão social, refletida na perspectiva de análise da totalidade social, é que se torna possível visualizar que os principais estudos que vem norteando a produção científica do serviço social ampliaram-se significativamente, difundidas em variadas áreas temáticas. Neste sentido, procuramos neste trabalho situar as áreas de maior centralidade relacionadas à questão de gênero e família, indicando alguns aspectos relevantes à produção do conhecimento do serviço social.

Fundamentado numa perspectiva teórica, o Serviço Social tem como objeto de estudo e intervenção profissional a questão social⁹, defendida por alguns autores tais como: Guerra (2000); Yazbeck (2003); Iamamoto & Carvalho (1983), e Netto (1996).

O Serviço Social sendo um **trabalho**, e como tal de natureza não liberal, tem nas questões sociais a base de sustentação da sua profissionalidade e sua intervenção se realiza pela mediação organizacional de instituições públicas, privadas ou entidades de cunho filantrópico (GUERRA, 2000, p.18).

⁹ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p.77).

Este aprofundamento teórico vem exigindo um nível de conhecimento bem mais crítico e reflexivo das condições atribuídas à pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. Diante destas afirmações, entendemos que a pesquisa está situada entre as exigências postas ao Assistente Social nos diferentes espaços de atuação, haja vista os paradigmas colocados a sua realização. Portanto estabelece-se a necessidade de ampliação da discussão e da incorporação destes conteúdos, no desenvolvimento das pesquisas para se deter em uma análise crítica também na atuação profissional. De acordo com Setubal (2007, p. 70):

A pesquisa é um dos procedimentos teórico-metodológicos que, ao ser incorporado à prática profissional, poderá levar o assistente social a reinventar, reconstruir e até construir um vir a ser para o Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida. (...) Ainda com a sustentação no estudo e na pesquisa, percebe-se que cada discurso é apenas uma forma de compreensão da realidade e não uma verdade absoluta sobre ela.

A referida autora, completa esta fundamentação destacando a importância da pesquisa ser exaltada desde os momentos iniciais da graduação.

Neste sentido Silva e Carvalho (2007), afirmam em seu artigo que há uma estreita relação entre o avanço dos Programas de Pós-Graduação e a participação dos Assistentes Sociais na construção do conhecimento no campo das Ciências Sociais em geral, bem como no campo do Serviço Social, em particular. Com este artigo, as autoras concluem que a pós-graduação em Serviço Social vem se destacando na busca de renovação e de aprofundamento das dimensões organizativa, interventiva e acadêmica da profissão.

Os estudos destacam que gênero é uma temática pouco difundida e fragmentada, porém, o tema representa ter grande relevância na atualidade para o serviço social, tanto na formação quanto na atuação profissional, em todos os níveis. Conforme destacam Silva e Carvalho (2007) o surgimento deste tema e de outros tais como envelhecimento, programas de transferência de renda foi decorrente das Diretrizes Curriculares, e vem orientando a formação profissional do Assistente Social, no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1990.

Por outro lado, verificamos, no campo estudado, fragmentação de temáticas e pouca incidência de temas relevantes na atualidade para o Serviço Social Brasileiro, como exclusão social e pobreza, assistência social, saúde, seguridade social, gênero, família, criança e adolescente (SILVA; CARVALHO, 2007, p. 205).

Outra grande contribuição para o debate acerca da produção do conhecimento do serviço social pode ser percebida no artigo de Sposati (2007). Neste trabalho a autora analisa os caminhos da pesquisa a partir da polêmica quanto a “possibilidade/capacidade” do Serviço Social como prática social produzir conhecimentos. Além disso, a referida autora, com base nos estudos de Iamamoto (2004) e Silva e Carvalho (2005; 2007) analisa o crescimento da produção científica no Serviço Social através das dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação no Brasil.

De acordo com a autora:

Para além das análises gerais da sociedade o Serviço Social, pela sua inserção concreta no real, constrói uma rica contribuição para a Teoria Social. Entendo que já temos maturidade para melhor explicitar ‘eixos temáticos’ com mais precisão, de modo a orientar e dar rumos mais concretos para a pesquisa em Serviço Social (SPOSATI, 2007, p. 24).

Diante desta análise, foi possível verificar que entre os Programas de Mestrado e Doutorado em Serviço Social, há uma falta de articulação entre os núcleos de pesquisa culminando na ausência de padrões unitários a serem adotados, e isto reproduz uma distorção de resultados (IAMAMOTO, 2004, apud SPOSATI, 2007). Nesse sentido, a referida autora indica a necessidade da constituição de uma política de pesquisa para orientar a comunidade epistêmica.

Buscando neste momento uma aproximação com a produção de conhecimento no que concerne à temática gênero, tendo por base o Relatório de Memória da CAPES, Iamamoto (2004, apud SPOSATI, 2007) discorre sobre as linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social agregando-as em seis eixos temáticos¹⁰ nos anos de 2001 à 2003, onde visualiza-se que o eixo temático “Políticas sociais (Estado e Sociedade Civil)” está presente em 19 linhas de pesquisa (34,5% do total), sendo este eixo com mais projetos de pesquisa, abrangendo um total de 238 projetos (41% do total). Já o eixo “Família (relações de gênero geração, sociabilidade, violência e cidadania)” consiste no eixo que menos se faz presente em linhas de pesquisa, totalizando 6 (10,9% do total),

¹⁰ Foram elencados pela autora Iamamoto (2004, apud SPOSATI, 2007) seis eixos temáticos: 1. Políticas sociais (Estado e Sociedade Civil); 2. Trabalho (processos, relações com as políticas públicas, Serviço Social); 3. Cultura e identidade (processos e práticas sociais); 4. Família (relações de gênero geração, sociabilidade, violência e cidadania); 5. Formação profissional fundamentos e exercícios; 6. Movimentos sociais (processos organizativos e mobilização popular).

porém, é o quarto eixo que mais possui projetos, somando 76 projetos (12% do total).

Silva e Carvalho (2007) focando nos projetos de pesquisa da Pós-Graduação em Serviço Social por eixos temáticos¹¹ nos anos de 2001 à 2003, concluem que os projetos dedicados ao eixo temático 1 “infância e à adolescência (correspondem a 88 projetos e 12,23% do total) são os que concentram maior incidência entre os 17 eixos temáticos elencados”. Na sequência, visualiza-se que o eixo temático 2 “Trabalho, reestruturação produtiva, condições de vida, pobreza”, corresponde a 82 projetos (11,40% do total). O eixo temático “Etnia, gênero, orientação sexual” consiste no quinto eixo com mais projetos, num total de 55 (7,64% do total), sendo o eixo “Política Social – Previdência Social” aquele menos abordado nos projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social no triênio 2001-2003 (SILVA; CARVALHO, 2007).

Com base nessa aproximação com a produção de conhecimento do Serviço Social, pode-se mensurar que a temática gênero de acordo com as autoras mencionadas, aparecem com significativa relevância e representam um debate muito contemporâneo.

Tendo em vista o compromisso que os pesquisadores de serviço social possuem sob a ótica das relações sociais, representa uma grande contribuição para a teoria social. Contudo, foi possível confirmar pelos ENPESS analisados que a discussão de chefia familiar feminina ainda não está entre os temas mais discutidos no eixo temático gênero, evidenciando que os estudos aparecem de forma isolada e acabam por refletir nesta falta de articulação entre os núcleos de pesquisa mencionados pelas autoras supracitadas, conforme será demonstrado na subseção 3.2 a seguir.

¹¹ Foram elencados pelas autoras Silva e Carvalho (2007) 17 eixos temáticos, a saber: 1. Infância, Juventude, Família, Sociedade; 2. Trabalho, reestruturação produtiva, condições de vida, pobreza; 3. Serviço Social, Trabalho e prática profissional; 4. Política Social, Estado e sociedade; 5. Etnia, gênero, orientação sexual; 6. Cultura, identidade, práticas sociais; 7. Política Social – Saúde; 8. Avaliação de políticas e programas sociais; 9. Política social – Assistência Social; 10. Questão... urbana, movimentos sociais e meio ambiente; 11. Outros; 12. Questão agrária, movimentos sociais e meio ambiente; 13. Serviço Social e formação profissional; 14. PPNE, terceira idade, processo de envelhecimento; 15. Terceiro Setor; 16. Ética, cultura, política, direitos humanos; 17. Política Social – Previdência Social.

3.2 ANÁLISE DOS ARTIGOS DO ENPESS

Conforme já sinalizado o ENPESS, organizado pela ABEPSS, é um encontro voltado para pesquisadores/as, docentes, discentes de graduação e pós-graduação, e para aos grupos e redes de pesquisa. Por tratar-se de um evento de grande relevância ao debate intelectual do Serviço Social é que o definimos como universo a ser explorado, sendo a amostra os artigos publicados neste evento nos anos 2006, 2008 e 2010.

O ENPESS é estruturado por eixos, divididos em áreas temáticas, relacionadas inteiramente ao Serviço Social e os participantes podem submeter trabalhos para discussão nas modalidades de comunicação oral, mesa coordenada, pôster e oficina de projetos. Neste sentido, a seguir apresentaremos as temáticas correspondentes aos anos anteriormente citados.

O X ENPESS foi realizado em 2006 com a temática “Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana - Questões e Desafios do Serviço Social no Brasil”. Neste evento, foram submetidos para avaliação 1024 trabalhos, dos quais 745 foram aprovados, divididos em quatro eixos, a saber: 1. Fundamentos do Serviço Social; 2. Formação Profissional e Processo interventivo do Serviço Social; 3. Questão Social e Trabalho; 4. Política Social.

Para fins de nossa pesquisa delimitamos o eixo temático 3: Questão social e Trabalho, visto que este apresentava o sub-eixo 3.4 com a temática: questões étnico-raciais, de gênero e de geração. Assim, dos 745 trabalhos aprovados no evento, 38 destes estavam neste sub-eixo, divididos em 23 de gênero, 15 de geração e 03 de etnia/raça.

O XI ENPESS foi realizado em 2008, e o tema apresentado foi “Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-Político Profissional Do Serviço Social: resistência e desafios”. Neste ano, foram submetidos para apreciação 1356 trabalhos, sendo que 852 foram aprovados, dividindo-se nos mesmos quatro eixos do X ENPESS, já mencionados.

Nossa pesquisa neste ENPESS delimitou-se pelo eixo temático 3: Questão social e Trabalho, onde dos 852 trabalhos aprovados, 43 tratavam sobre a temática

gênero, 19 correspondiam a questão de raça/etnia e 51 artigos pertenciam ao sub-eixo temático acerca das questões geracionais.

O XII ENPESS foi realizado em 2010 elegeu como tema “Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”. De 1682 trabalhos enviados, 1293 foram aprovados. Esta edição do ENPESS diferente das anteriores dividiu os trabalhos em 7 Eixos temáticos apresentados respectivamente na ordem a seguir: 1. Trabalho, Questão Social Serviço Social; 2. Política Social e Serviço Social Seguridade Social 3. Serviço Social fundamentos, formação e trabalho; 4. Movimentos sociais e serviço social; 5. Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social; 6. Classe social, gênero, raça/etnia geração, diversos; 7. Ética, direitos e serviço social.

Na XII edição o eixo temático 6 foi subdividido em classe social, gênero, raça/etnia geração e diversos. Para análise delimitamos o sub-eixo que destacava a questão de gênero com 81 trabalhos. Entre os sub-eixos ainda havia 22 artigos com ênfase em relações de raça/etnia, 12 com ênfase na diversidade sexual e 31 com ênfase nas questões geracionais. Ou seja, dos 1293 artigos publicados, 146 estavam no sexto eixo temático, sendo que a temática de gênero foi a categoria com mais trabalhos publicados neste eixo.

Com base no exposto, pode-se verificar que a cada ENPESS há um aumento no número de trabalhos que debatem a temática de gênero, conforme ilustração nº 03, a seguir:

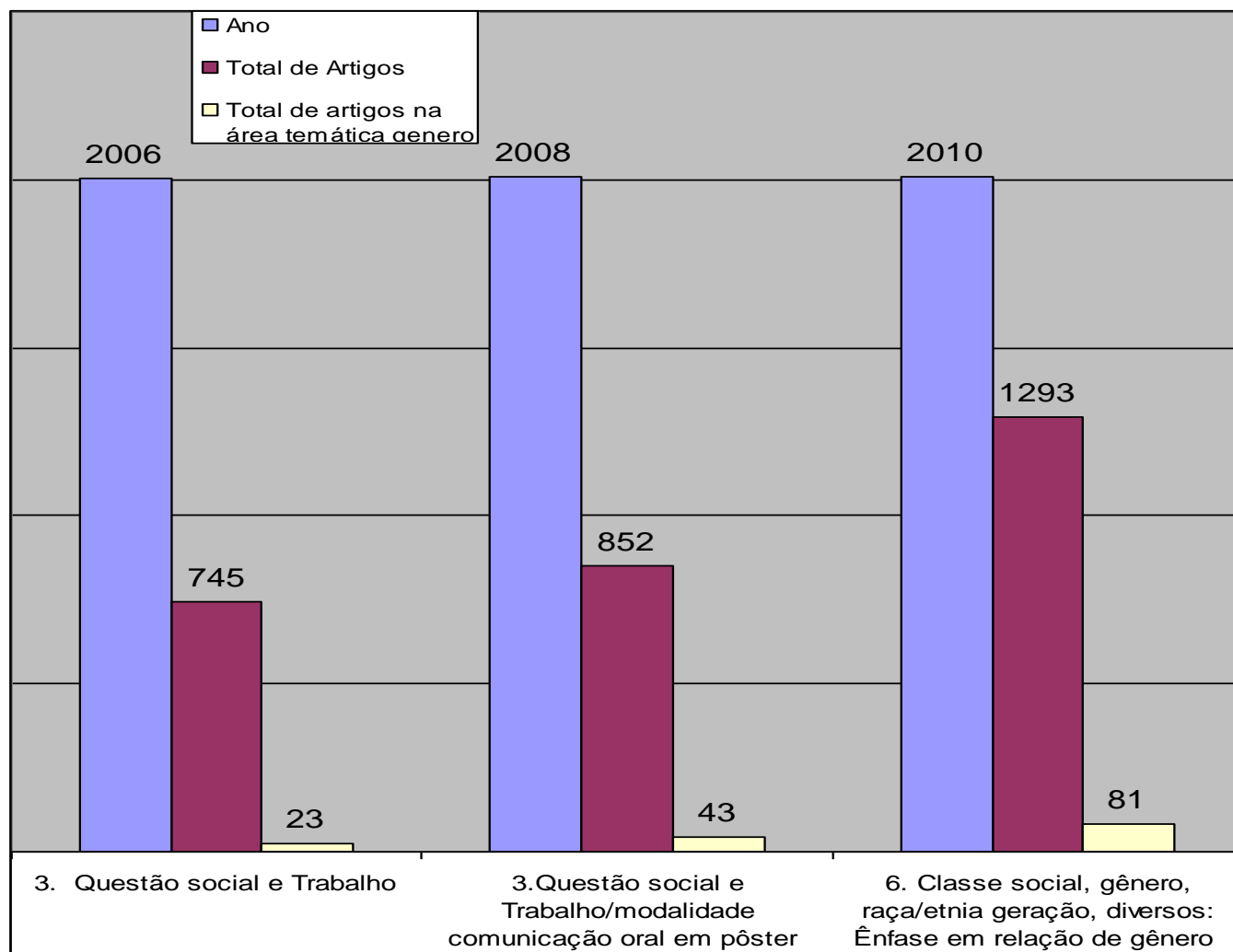


Gráfico 02: Proporção de trabalhos que debatem a temática gênero por eixo temático.
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ENPESS 2006; 2008; 2010.

Conforme já enfatizado na primeira seção deste trabalho, optou-se por analisar os artigos dos ENPESS realizados de 2006, 2008 e 2010, em função do marco da Lei Maria da Penha instituída em 2006 e, também, para evitar a repetição de trabalhos que, apesar de terem objetivos diferentes, faziam uma análise dos artigos do ENPESS no período anterior a 2006.

Tendo em vista o universo de 147 artigos sobre gênero publicados nas três edições, selecionou-se os trabalhos cujos títulos, resumo ou palavras-chave tivessem proximidade com as palavras mulheres, família, chefia feminina, e aqueles que abordassem a formação e o exercício profissional do Serviço Social buscando identificar as principais tendências de estudo dessa categoria profissional no que concerne à temática família, a partir de um enfoque de gênero para problematizar a chefia familiar feminina na produção do conhecimento do Serviço Social totalizando uma amostra de 16 artigos.

No ano de 2006, foram analisados 6 artigos, em 2008 foram analisados 4 artigos e no ano de 2010 também foram analisados 6 artigos. Com base nestas considerações propomos uma exposição acerca dos artigos selecionados:

	ANO ENPESS	TÍTULO ARTIGO	AUTORES
1	2006	A (im)possibilidade da emancipação das mulheres na "ordem sociometabólica" do capital.	Mirla Cisne
2	2006	Agricultura, família e gênero: trabalho, ação coletiva e políticas públicas.	Carmen Silva/ Izaura R. Fischer/ Laura Duque Arrazola
3	2006	Formação profissional e gênero: aspectos da questão	Carla da Silva/ Mirian Faury
4	2006	Gênero e Emancipação: Possibilidades e desafios estratégicos na relação do serviço social com o feminismo.	Telma Gurgel
5	2006	Da saída das mulheres e de como se faz uma profissão.	Rita de Cássia Santos/ Cenira Duarte Braga/ Nivia Valença Barros/ Eillen do Nascimento Anacleto/ Iohana Santos Fernandes/ Vanessa Bartholo Guimarães
6	2006	Mulheres chefes de famílias e processos de hierarquização social: uma breve problematização.	Márcia dos Santos Macedo
7	2008	A família monoparental feminina em foco.	Luciana de Castro Álvares
8	2008	A questão de gênero e os campos de estágio do curso de serviço social da ufsc.	Teresa Kleba Lisboa
9	2008	Gênero, poder e exclusão social na agricultura familiar: da divisão sexual do trabalho às políticas públicas – a urgência da atuação do serviço social.	Mailiz Garibotti Lusa
10	2008	Relações de gênero e agricultura familiar: uma análise no município de lagoa seca-PB.	Ediene Maria Pereira da Silva
11	2010	O familismo na política de assistência social e a desigualdade de gênero	Cleide de Fátima Viana Castilho/ Cássia Maria Carloto
12	2010	Lacunas no processo de formação profissional da (o) assistente social relativas ao trabalho social com famílias.	Márcia Santana Tavares/ Albany Mendonça Silva
13	2010	A política de assistência social e a centralidade na família: repercussões nas relações de gênero	Thaís Gaspar Mendes da Silva

14	2010	Relendo a história do serviço social no Brasil sob as lentes do feminismo	Andréa Pacheco de Mesquita
15	2010	Construção social da família no Brasil: categoria fundante para a intervenção do profissional de serviço social	Valdênia Lourenço de Sousa/ Thaís Cristine de Queiroz Costa/ Adriana Ferreira Nunes/ Maria Zelma de Araujo Madeira
16	2010	Aspectos sócio-históricos e ideopolíticos das análises dos primeiros assistentes sociais brasileiros (1939-1949): um recorte de gênero sobre o trabalho junto às famílias	Vívian Beraldo/ Olegna de Souza Guedes

Tabela 2: Artigos analisados nos ENPESS.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ENPESS 2006; 2008; 2010

Através da busca de currículo na *Plataforma Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvida para padronizar os currículos dos pesquisadores brasileiros e implementar um banco de dados públicos, foi possível obter informações dos autores acerca da área predominante de pesquisa, o vínculo institucional e a titulação.

Conforme pode ser visto na tabela ilustração 2, entre os 16 artigos analisados, 9 foram escritos individualmente e 7 em co-autoria, totalizando um número de 30 autoras. Há uma unanimidade nos artigos escritos por autoras do sexo feminino, com predomínio (27 autoras) na formação acadêmica em serviço social, conforme gráfico a seguir:

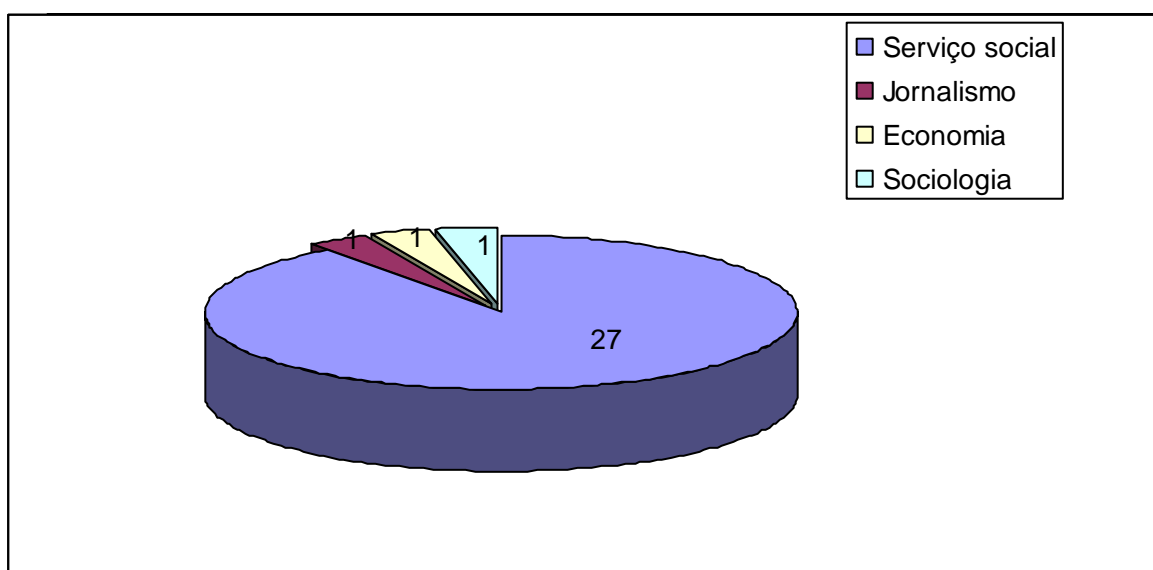


Gráfico 3: Formação das autoras dos artigos analisados.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ENPESS 2006; 2008; 2010.

Contudo, apesar do ENPESS ter entre os seus objetivos, contribuir para o aprofundamento do debate intelectual e ampliação do intercâmbio acadêmico na área do Serviço Social, percebe-se com base na exposição das edições apresentadas que ele possibilita também uma integração com outros campos do saber como as áreas de Jornalismo, Economia e Sociologia de acordo com gráfico apresentado.

Foi possível identificar que das 30 autoras: 2 possuem pós-doutorado, 11 doutorado, 8 mestrado, 4 são especialistas, 2 possuem graduação e 3 são graduandas, fazendo-se necessário relembrar que nem todas na área de serviço social.

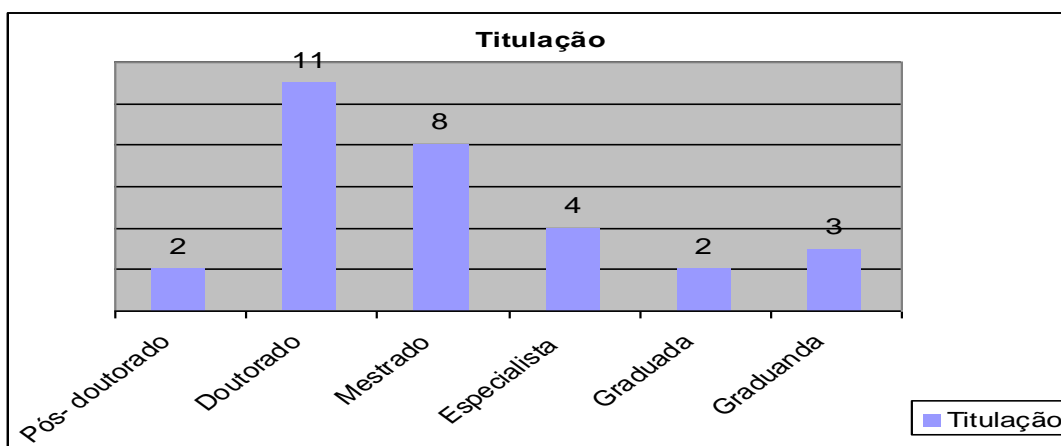


Gráfico 4: Titulação das autoras dos artigos analisados nos ENPESS 2006, 2008, 2010.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do currículo da Plataforma Lattes (CNPq).

Outro fator que contribuiu para a análise foi a constatação de que 19 autoras (a maioria) são docentes, sendo que as demais exercem atividades de pesquisadora (1), assistentes sociais (3), especialistas (2), mestrandas (2) e graduandas (3), conforme pode ser visualizado a seguir.

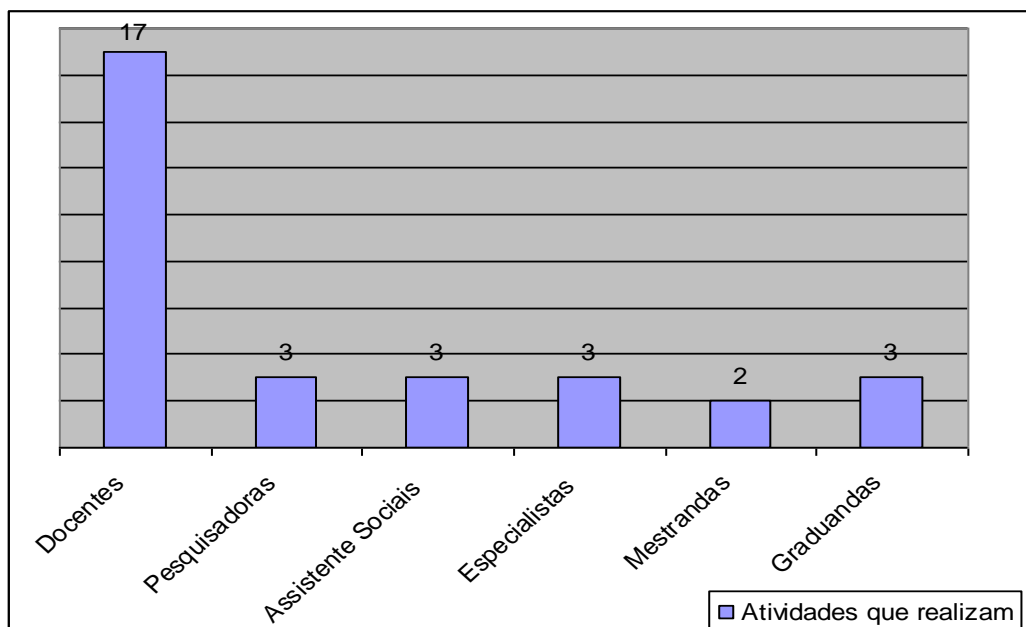


Gráfico 5: Atividade realizada pelas autoras dos artigos analisados nos ENPESS 2006, 2008, 2010.
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *currículo da Plataforma Lattes* (CNPq).

Tal constatação de que maior parte das autoras é docente, reafirma o inesgotável debate acerca da indissociável relação entre a teoria e prática que devem se fazer presentes na ação profissional, na academia e no âmbito do desenvolvimento das pesquisas. Logo, possibilita-nos refletir acerca da importância contemplada na pesquisa enquanto principal instrumento na produção do conhecimento, bem como nos diferentes espaços de atuação que necessariamente devem perpassar a formação profissional.

Dentro desta discussão, Setubal (2007) questiona o papel da pesquisa no serviço social, evidenciando os “desafios presentes na formação acadêmica à prática profissional”, constatando a necessidade de levar a pesquisa para além do espaço acadêmico e assim entendê-la como parte do fazer profissional.

De acordo com Steubal (2007, p.67):

Ao se atribuir importância à ação investigativa, longe de se negar a importância da dimensão interventiva, pretende-se mostrar a íntima relação existente entre teoria e prática e a condição de centralidade que esses processos devem ocupar na formação e na vida profissional.

Neste sentido é fundamental e necessário que as profissionais que atuam com este segmento populacional (famílias de um modo geral), nos mais diferentes espaços, também relatem suas experiências e contribuam para a produção de

conhecimento consolidando o caráter investigativo e interventivo, inerentes a profissão.

Nos anos 2006, 2008 e 2010, maior parte dos artigos que tratavam a da questão de gênero, chefia familiar feminina e família no serviço social eram de autoras que estão vinculadas à Universidade e/ou desenvolvem seus trabalhos na região nordeste (14 autoras), seguidos da região sudeste com 9 autoras, região sul com 6 autoras e a região centro-oeste com 1 autora, conforme ilustração a seguir:

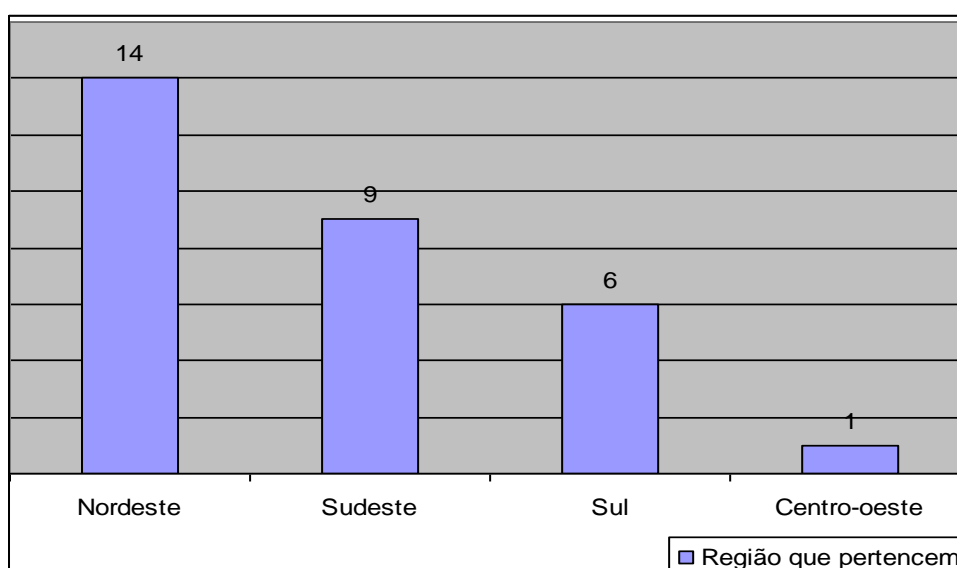


Gráfico 6: Região das autoras dos artigos analisados nos ENPESS 2006, 2008, 2010.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do currículo da Plataforma Lattes (CNPq).

Embasados por esta exposição e de acordo com a análise das produções teóricas dos ENPESS de 2006, 2008 e 2010, destacamos que as principais tendências no que concerne à temática família, a partir de um enfoque de gênero para problematizar a chefia familiar feminina na produção do conhecimento do Serviço Social são as seguintes: teoria analítica marxista; formação profissional, seguida da atuação profissional; políticas públicas; agricultura familiar e emancipação feminina. Feita estas considerações, discorreremos apenas sobre alguns dos artigos selecionados, visto o limitado tempo para conclusão deste trabalho, procurando a medida do possível contemplar a articulação entre eles.

Primeiramente identificamos a predominância da **teoria marxista** como principal vertente analítica explicitamente colocada pelas autoras dos artigos ou ainda uma aproximação a esta perspectiva. Ou seja, a perspectiva marxista foi

manifestada em onze dos dezesseis artigos selecionados para o estudo, sendo que nos artigos 1, 2, 5 e 14 as autoras trouxeram este elemento explicitamente colocado nos resumos ou objetivos apresentados. Os artigos 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, e 16 nos trazem elementos para refletir sobre o tema, como a divisão sexual do trabalho; contradição e desigualdade entre homens e mulheres (com predomínio na subalternidade feminina); projeto hegemônico do serviço social; os quais evidenciaram um forte substrato crítico em comum, manifestado na emancipação de gênero, podendo ser visualizada esta informação especificamente nos objetivos ou nos resumos dos artigos selecionados.

Ao analisarmos a história de lutas das mulheres, reconhecemos as suas inúmeras conquistas no tocante às desigualdades de gênero. Destacamos, entretanto, que a condição para a liberdade e autonomia das mulheres não exige apenas a luta pela igualdade social com os homens, mas, exige, fundamentalmente, a abolição do trabalho assalariado, da propriedade privada e do capital (CISNE, 2006 p.1).

Neste artigo a autora trouxe como objetivo principal o movimento da ordem do capital como “(Im) possibilidade” de igualdade e emancipação social, que semelhante aos artigos (2); (5) e (9) trazem em seu bojo a temática emancipação feminina na luta pelo reconhecimento e aceitação no contexto social, bem como no mercado de trabalho. Assim sendo, o cenário capitalista, responsável pela falsa idéia de que as mulheres conquistaram sua independência permanece reproduzindo-se com padrões de subalternidade e opressão.

Percebemos que há uma impossibilidade (!) na ordem metabólica do capital de haver igualdade, de haver, portanto, a emancipação da mulher, à medida que a estruturadas relações capitalistas é, em essência, completamente incompatível com a possibilidade da concretização da igualdade e da liberdade para o ser social (CISNE, 2006 p.7).

É possível perceber com a conclusão da autora que apesar das conquistas alcançadas, as mulheres ainda encontram barreiras que as impedem de viver em condições de igualdades com relação aos homens, conforme discutido na subseção 2.2.

Esta relação de contradição e união entre as partes num movimento dialético é enfocado pelas autoras do segundo artigo ao reforçar que as assimetrias da sociedade capitalista, vêm sendo reproduzidas também no contexto da agricultura familiar.

Os resultados revelam que, nessa trajetória, as práticas que resultam na assimetria das relações entre homens e mulheres continuam sendo reproduzidas no âmbito da agricultura familiar, o que não contribui para a diminuição das desigualdades no campo (SILVA; FISCHER; ARRAZOLA, 2006 p.1).

Essa vinculação, por assim dizer, à teoria marxista, possivelmente é expressada pela postura crítica discutida no processo de formação profissional especialmente após o movimento de reconceituação iniciado no Brasil no fim dos anos 1970. Esta direção do movimento de reconceituação possui como essência a intenção de ruptura com o Serviço Social 'tradicional conservador' bem como aos seus pressupostos teórico-metodológicos e ideológicos.

[...] enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64 (NETTO, 2004, p. 154).

Neste sentido, foi possível verificar que os artigos com apropriação marxista explicam a constituição e desenvolvimento da profissão desde as relações sociais de produção capitalistas, quando a nova questão social passa a exigir um agente profissionalizado para intervir em suas diversas expressões.

Ainda embasada pelas leituras realizadas, o segundo aspecto mais discutido no âmbito geral das análises foi a temática **formação profissional**, seguida da **atuação profissional** dos assistentes sociais voltadas a questão de gênero e as novas configurações familiares.

Estas tendências foram identificadas nos artigos 3, 4, 8, 9,12, 15 e 16. As publicações apontam para uma formação profissional que é frequentemente desafiada a avançar na discussão e produção do conhecimento no sentido de incorporar o amadurecimento do debate no currículo de formação do Assistente Social.

Faz-se necessário sinalizar que as autoras do artigo 3: Silvia e Faury (2006) e do artigo 4: Gurgel (2006) mencionam a questão do Serviço Social ser uma profissão majoritariamente feminina e, portanto, alvo de profundas reflexões, pois ao propormos um estudo acerca da chefia familiar feminina pontuamos os desafios intrínsecos a profissão.

Podemos afirmar, com base na experiência das mulheres, que essa política nos atinge como sujeito de políticas, porque somos nós as primeiras a nos

responsabilizar – principalmente, em tempos de aprofundamento das desigualdades – pelo cuidado da família e da assistência, devido aos papéis conservadores de gênero determinados em nossa sociedade patriarcal-capitalista (GURGEL, 2006 p. 4).

Para a referida autora, as assistentes sociais predominantemente do sexo feminino, também são atingidas por este processo recíproco no contexto social, o que faz com que aumente sua responsabilidade enquanto profissionais.

Conforme afirma Lisboa, (2008, p. 1) no XI ENPESS, apesar da questão de gênero perpassar muitos campos de estágio curricular obrigatório, “[...] na maioria das Instituições de Ensino esta categoria não está sendo trabalhada suficientemente nos conteúdos das disciplinas oferecidas nos respectivos currículos”. Complementando o exposto, afirma-se que as Instituições de Ensino Superior e, neste caso, referindo-nos aos cursos de Serviço Social, devam ter claramente definidos seus projetos pedagógicos, tomando por base as Diretrizes Curriculares do curso. E, a partir disso, avaliem a inclusão de conteúdos que viabilizem a inserção dos egressos do curso ao mercado de trabalho, mas também uma fundamentação teórico-metodológica, que assegure uma postura crítica e uma intervenção que possa contribuir para a transformação social (SETUPAL, 2007).

Assim sendo:

Acredita-se que os esforços coletivos, desenvolvidos por professores e alunos no sentido de implementar a pesquisa na universidade são fundamentais para o ensino, para a extensão e para a vida profissional. Só assim a formação acadêmica sairá do plano do ideal, do abstrato para dar corporeidade à prática profissional, seja ela desenvolvida na universidade, seja em outras instituições onde o assistente social funcionalmente se insere. É na relação pesquisa e ação, profissional e pesquisa que se adquire maturidade intelectual, que se desmistifica o aparente como realidade concreta, que se reconhece na realidade a sua complexidade e riqueza ao se constituir como totalidade (SETUBAL, 2007, p. 69).

A categoria analítica gênero transversal a outras categorias como o movimento das classes ou como a economia, por exemplo, possibilita o entendimento acerca das construções sociais, desafiando o profissional a propor políticas que contemplem tais demandas, “consolidando um interesse investigativo no serviço social”.

De acordo com Gurgel (2006, p. 01):

Apesar deste reconhecimento, ainda são poucas as produções que articulam o potencial político e reflexivo da categoria de gênero em torno da luta emancipatória. Esta articulação pode ser feita com pesquisas e

elaborações teóricas que situem a historicidade do feminismo na luta por uma sociedade de liberdade e igualdade substantivas- lutas que, na contemporaneidade, entre outras expressões, se concretizam na reivindicação deste movimento na por políticas públicas- e, ao mesmo tempo, estes estudos procuram identificar as mediações deste processo com o projeto ético-político do Serviço Social.

Para Gurgel (2006), há desafios presentes na relação entre o serviço social e a categoria analítica gênero, concordando com Tavares e Silva (2010) que discutem as lacunas no processo de formação profissional.

Para além da questão de gênero, Tavares e Silva (2010, p. 01) “refletem as lacunas no processo de formação profissional das (os) assistentes sociais, referentes à discussão em torno das questões de gênero, raça/etnia e novas configurações familiares”, resgatando a centralidade da família nas políticas de assistência.

Orientados por esta discussão, evidenciamos o terceiro aspecto que apresenta uma tendência nas discussões sobre família e, mais especificamente, focando na temática chefia feminina, percebido no âmbito das **políticas públicas**, com destaque para a Política de Assistência Social, visto que esta apresenta enquanto uma diretriz a matricialidade sócio familiar. Presente nos artigos 2, 4, 5, 11 e 13 esta tendência apresenta reflexões teóricas sobre o enfoque dado a família na política de assistência social.

A autora do artigo 13 aprofunda questões que envolvem a implantação de políticas públicas e a relação entre Estado e família estabelecida a partir das desigualdades de gênero. Para Silva (2010, p. 09):

A política de assistência social ao direcionar suas ações para a família, via de regra, penaliza a família ao invés de promovê-la, concebendo “ações afirmativas” que compreende a mulher-mãe como principal provedora de cuidados para os seus membros e o homem como “chefe de família” responsável pelo sustento familiar.

Ao refletir sobre tais questões Silva (2010) conclui que nesta perspectiva, as políticas sociais acabam por reforçar as desigualdades de gênero.

Nesse contexto entendemos que as ações sócio assistenciais que têm como foco principal a família devem garantir a proteção social aos seus membros. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

[...] a ênfase na família está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência

Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades da família, seus membros e dos indivíduos (BRASIL, 2005, p. 41).

Neste sentido, os programas devem oferecer serviços de proteção às famílias em sua totalidade, pois atualmente no Brasil as políticas públicas são assinaladas por seu caráter focalista e fragmentador, fatalmente destinada a grupos de idoso, criança, adolescente ou mulher, perdendo de vista a amplitude e universalidade. Embora haja este reconhecimento de que a família mereça a proteção do Estado, este deixa de fazer sua parte ao transferir esta responsabilidade às famílias, sobretudo à mulher.

Assim sendo, como já explicitado no corpo do trabalho, reforça-se a conservadora lógica de responsabilização da mulher em cumprir as condições previstas nos programas de transferência de renda, dado o fato de que muitos dos programas compreendidos nas políticas públicas de combate à pobreza têm como beneficiárias diretas as mulheres.

[...] a implementação de políticas sociais públicas a baixo custo, no processo estatal de produção e reprodução das condições da reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, podemos dizer que a *valorização* do sujeito feminino como partícipe das políticas de assistência social é uma *forma de reificação* do trabalho doméstico da reprodução, reproduzido e simbolizado como um *não-trabalho* e sem valor (DUQUE-ARRAZOLA, 2008, p. 245).

As famílias que têm como representante mais expressivo a mulher, atualmente denominadas chefes de família é apresentado por Álvares (2008, p.01) como uma configuração familiar que sempre existiu no Brasil, mas que permanece na obscuridade. Com a pretensão de abordar as especificidades desta composição familiar a autora afirma que “este tipo de arranjo familiar sempre esteve ‘mascarado’ na historiografia brasileira, pela família patriarcal e nuclear burguesa”.

Durante muitos anos, e até recentemente, as famílias que eram gerenciadas por mulheres sofriam um ‘estranhamento’ por parte da sociedade, pois contrariavam as normas de um contexto social em que pautava a subordinação do sexo feminino ao masculino. Deste modo, as famílias monoparentais femininas, tinham que superar vários obstáculos, relativos às condições econômicas, convenções sociais e a inserção no mercado de trabalho (ÁLVARES, 2008, p.02).

É pertinente observar o quanto está presente nas famílias chefiadas por mulheres o fenômeno da feminização da pobreza sendo estas referenciadas para programas sociais.

O grande desafio consiste em efetivar a operacionalização de políticas, que em geral têm a mulher como referência familiar, por sua histórica representatividade no âmbito dos serviços socioassistenciais, sem retroceder a este modelo patriarcal que por muito tempo norteou as relações sociais.

Convém ainda ressaltar que a questão da feminização da pobreza nos remete às reflexões inicialmente pontuadas, onde foi possível identificar que a vida social da família é, sobretudo, constituída por aspectos econômicos, sem é claro, deixar de lado os conceitos de família aqui discutidos. Deste modo, as vulnerabilidades nos aspectos financeiros, sociais e outros como já mencionamos, levam as mulheres chefes de famílias a diminuir sua participação na vida familiar, sobrecarregando-as em múltiplas jornadas de trabalho, conforme afirma Sarti (2005 b, p.99)

Quanto ao trabalho remunerado da mulher, por mais secundário que seja seu lugar na família, o fato é que ela freqüentemente trabalha, ainda que intermitentemente, dividindo com os filhos as entradas e saídas do mercado de trabalho, de acordo com as necessidades e possibilidades da família. Diante do fato histórico de que a mulher pobre sempre trabalhou remuneradamente, o trabalho feminino inscreve-se na lógica de obrigações familiares e é motivado por ela, não necessariamente rompendo seus preceitos e não obrigatoriamente configurando um meio de afirmação individual para a mulher.

Assim sinalizamos a quarta tendência identificada nas produções do conhecimento do serviço social, a categoria analítica gênero na **agricultura familiar**, presente nos artigos 2, 9, 10 e 14 entre os 16 artigos analisados é um tema extremamente contemporâneo com abordagens na divisão sexual do trabalho; nas desigualdades de gênero, bem como em políticas públicas.

Em geral, traz questões relacionadas ao trabalho da mulher no campo, estendido ao trabalho doméstico com jornadas longas de trabalho, muitas vezes sem remuneração. Apresenta uma realidade reforçada na dominação dos homens sobre as mulheres, ampliando o debate e a avaliação, demandando ações mais concretas, contudo este tema ainda não está consolidado nas publicações produzidas pelo serviço social, percebendo-se que necessita aprofundar as discussões.

Nesse sentido, aprofundamos o entendimento acerca da subalternidade das mulheres no contexto da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, apresentado por Lusa (2008), em que a autora propõe-se a apresentar estas reflexões e a partir delas indicar as principais políticas públicas de atendimento para esta realidade. Nesta discussão a mesma afirma que este é um campo marcado por relações de poder reproduzido e perpetuado pela desigualdade de gênero. Deste modo, fundamenta ações de cunho emancipatório para a desconstrução dos estereótipos de gênero e da divisão sexual do trabalho, no sentido de aperfeiçoar a prática profissional do assistente social nesta realidade.

Assim sendo, Lusa (2008, p. 03), afirmam que:

Logo, é neste espaço que se insere o Assistente Social como um profissional que detém saberes específicos, os quais permitem atender tais demandas por políticas públicas que vão desde a área da seguridade social, de habitação, de geração de emprego e renda, de educação e profissionalização até, as áreas ambiental e de infra-estrutura e investimentos rurais.

Com entendimento acerca do que é atribuído como “trabalho exercido pelos homens” e o que é o “trabalho exercido pelas mulheres” na agricultura familiar apresentado por algumas autoras nos artigos 2, 9, 10 e 14 podemos afirmar que a chefia familiar é instituída ao homem, não contemplando chefia familiar feminina no contexto rural. É importante sinalizar que este fenômeno precisa ser compreendido não apenas como resultado natural de subalternização das mulheres no campo, mas merece ser problematizado, uma vez que as mesmas não são reconhecidas enquanto integrantes do processo de produção.

Para Scott (2002, p.16) a chefia familiar no campo:

[...] é muito freqüente em áreas onde os homens migram em busca de trabalho e fortuna em locais distantes, muitas vezes sem retornar e sem enviar remessas para o sustento do grupo, efetivando uma situação de fato de chefia feminina.

Embasados por esta reflexão, identificamos o tensionamento na relação de poder dos homens sobre as mulheres, pois entendemos que a denominação chefia familiar feminina pode ser utilizada também para explicar situações cujas mulheres compartilham das despesas econômicas, independentemente da presença do cônjuge ou companheiro, sendo elas as maiores responsáveis pela manutenção do lar e da sobrevivência familiar.

Lusa (2008, p. 03), identifica neste estudo que esta relação de desigualdade no trabalho camponês entre os gêneros “está posto aos homens e mulheres como algo intrínseco à própria organização familiar”, contudo afirmam que para a desconstrução destas desigualdades de gênero é fundamental a execução de políticas públicas para responder tais demandas.

Por fim e com a mesma relevância, valemo-nos desta discussão para explicitar a quinta tendência identificada nas produções do conhecimento do serviço social, assinalada na luta das mulheres pela **emancipação feminina** predominada na relação de desigualdade.

Mesmo reconhecendo sua importância, são poucas as produções que vislumbram a possibilidade transversal da categoria de gênero para uma luta pela emancipação, a qual foi ressaltada esta constatação apenas nos artigos 1, 2, 5 e 9.

De acordo com Gurgel (2006, p. 3) essas transversalidades só se tornam possíveis ao vislumbre quando:

[...] se coloca o potencial político da categoria de gênero em torno da luta emancipatória, pois possibilita-nos a compreensão e transformação de processos macro e micro que compõem a totalidade da opressão/dominação das mulheres, esta compreendida como um sistema estruturado que pode ser caracterizado como de natureza patriarcal-capitalista de gênero.

Diante disto apontamos que a análise da relação entre o serviço social e a emancipação é materializada no Código de Ética Profissional de 1993, este é o instrumento do compromisso ético com a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais. Contudo, há uma lacuna entre conquistar os direitos e efetivá-los de fato no sentido de potencializar os usuários, objetivando a construção de uma nova ordem social sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.

Feita essas discussões e análises nos reportamos à próxima seção que compreende as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho pretende-se incitar e contribuir com a discussão acerca da questão das famílias chefiadas por mulheres. É elementar o debate e a reflexão sobre as questões históricas que envolvem esse modelo familiar que sempre fez parte da nossa sociedade, porém apenas nas últimas décadas vem sendo estudado e recebeu o devido destaque.

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo principal analisar a produção de conhecimento em Serviço Social no que concerne à temática família, a partir de um enfoque de gênero para problematizar a chefia familiar feminina. Destaca-se que dos dezesseis artigos das três edições dos ENPESS (2006, 2008 e 2010) escolhidos como amostragem para a análise, apenas três não foram escritos por assistentes sociais.

Conforme representado pela tabela de ilustração 3, as produções representam um número que cresce gradativamente, contudo faz-se necessário o aprofundamento da temática para que se possa avançar em termos de conquistas já que a família/mulher é vista como alvo dos atendimentos dos assistentes sociais. De um universo de 147 artigos delimitados a partir do eixo temático gênero, publicados nos três ENPESS, foi possível identificar as principais tendências de estudo dessa categoria profissional sobre a temática.

Como resultado, obtivemos dentre as tendências mais recorrentes, a teoria analítica marxista; formação profissional, seguida da atuação profissional; políticas públicas; agricultura familiar e emancipação feminina.

Os artigos selecionados contribuem para uma análise crítica possibilitando um avanço teórico, sobretudo no que tange a emergência da questão de gênero em Serviço Social, na medida em que se tem uma dimensão destes conceitos. Ainda nessa lógica, os artigos contribuíram para compreender as famílias chefiadas por mulheres como “o resultado, de um conjunto de transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais que vão se sucedendo ao longo do tempo” (BERQUÓ, 2001, p. 02).

Percebe-se que a família não pode ser pensada isolada de seu contexto econômico-social e as transformações ocorridas no interior das famílias permanecem subalternizando a mulher que gradativamente vem buscando a emancipação social e política através de sua inserção no mercado de trabalho, ou

de sua escolarização. De acordo com os artigos analisados, fica entendido que mesmo com várias discussões, legislações e afins, ainda não se conseguiu romper com essas concepções tradicionais de família, contudo as autoras buscaram descrever a necessidade de romper com esta perspectiva no que diz respeito aos papéis atribuídos ao homem e a mulher no meio familiar.

A centralidade dos estudos está, sobretudo, na situação de invisibilidade e ou marginalidade expressados pela exclusão social dos sujeitos, vivenciada constantemente na intervenção profissional dos assistentes sociais. Pode ser identificada nas demandas de violência contra mulher, arranjo familiar, chefia familiar, nas relações familiares na agricultura, entre outros muitos casos. Estas demandas podem ser discutidas no âmbito das políticas públicas voltadas para este segmento da população procurando-se dar conta de responder e avançar nestas questões.

A autora Macedo (2009) conclui que o que possivelmente assegurará a relevância e a visibilidade social aos estudos sobre as famílias chefiadas por mulheres, não será apenas o relativo crescimento estatístico desse tipo de arranjo, mas sim:

[...] a complexidade de uma pluralidade de fatores que se articulam para a constituição desta problemática. O que significa dizer que é preciso entender como a precarização das condições de vida da população e a ampliação da participação feminina na população economicamente ativa, articulada a outros fatores demográficos – como a ocorrência de novos fluxos migratórios, a redução da fecundidade, o aumento do número de divórcios, a ampliação da expectativa de vida (associada à manutenção das taxas de sobre mortalidade masculina) e o crescimento relativo das uniões consensuais e das chamadas “produções independentes” –, vêm resultando em novos arranjos familiares, em especial aqueles do tipo monoparental feminino (MACEDO, 2009, p. 11).

Deste modo, as últimas décadas no Brasil foram marcadas por uma expansão do fenômeno chefia familiar feminina que respectivamente elevou a sua visibilidade social, gerando um vasto campo de estudos acerca do tema que, para Macedo (2009, p. 10) representam:

[...] reflexões que vão desde questões mais elementares como a discussão mais sociológica quanto à adequação da terminologia utilizada – responsabilidade, chefia, gerência ou provisão? – e dos significados atribuídos a estes termos – manutenção econômica, autoridade e prerrogativas, atribuições e deveres? –, passando pelas reflexões mais antropológicas sobre monoparentalidade e matrifocalidade, até às análises mais complexas em torno de questões estruturais como processos de precarização laboral, desemprego e pauperização e sua relação com o aumento destes domicílios chefiados por mulheres.

Ou seja, esta amplitude em torno das questões que envolvem os estudos sobre os chamados “novos arranjos familiares” e, sobretudo, a situação de chefia domiciliar feminina tornam-se fundamental para dar visibilidade à multiplicidade de identidades e arranjos presentes na sociedade e os mesmos se constroem de modo diferente. Logo, enquanto não se dá materialidade a estas discussões, não há concretude e não se avança em termos de respostas a estas demandas tão emergentes.

Neste sentido, é fundamental que as pesquisas abordem e compreendam estas questões, ao discutir a chefia familiar feminina, pois o tema demarca uma realidade social historicamente assinalada por relações de desigualdades entre homens e mulheres constituindo um vasto campo de atuação profissional. A categoria analítica gênero faz-nos pensar para além da dimensão teórica, perpassando ações metodológicas que contemplem a prática interventiva, a partir de um olhar investigativo acerca da realidade, com o objetivo de dar legitimidade aos processos sociais.

É neste sentido que se buscou apresentar a contribuição das produções do conhecimento do serviço social para pensar o exercício profissional, bem como as tendências de estudos no âmbito do serviço social, sem a pretensão de encerrar a discussão dado o fato que o tema constitui uma fonte importante de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALTTIMAN, Cristina Navarro; COSTA, Simone de Góes. **Revolução feminina: as conquistas da mulher no século XX**. 2009. 56 f. Monografia (Administração de empresas) Faculdade Eça de Queirós, Jandira, 2009.

ÀLVARES, Luciana de C. A família monoparental feminina em foco. **In: Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social, 11**. Anais... São. Luís/MA: ABEPS, 2008.

ANELISE, Pamela; COUTINHO, Patrícia; CASSAB, M. A. Pesquisa e a Produção de Conhecimento em Serviço Social: A Contribuição dos ENPESS (2000-2010) **Libertas - Artigos** · Vol. 11, No 1 (2011).

BANDEIRA, L. Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. **In: CEPAL/SPM**. Brasília: SPM, 2005.

BARBOSA, Solange Aparecida de Araújo. **O processo de vinculações entre meninos de rua infratores e suas famílias**. 1993, 162f. Dissertação (Curso de Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

BARROSO, Carmen, BRUSCHINI, Maria Cristina A. “Sofridas e mal pagas”. *In: Cadernos de Pesquisa*. (37) São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981

BERQUÓ, Elza. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. **In: Seminário estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira**. Itu, SP: III Programa de Gênero na Sociedade Brasileira, Fundação Carlos Chagas, 2001, 23p. (mimeo)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Política Nacional de Assistência Social – **PNAS/2004**, Brasília, 2004.

BRASIL CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.
Acesso em: 21 de Julho de 2012.

BRASIL. DECRETO – LEI nº 11.340 de 7 de agosto de 2006.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm.
Acesso em: 21 de Julho de 2012.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, Luiza, M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. **In: Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, vol. 6, n.1, 1998. citação 1 do cap 3.2.

CARVALHO, M. C. B (org). **A família Contemporânea em Debate** . 4 ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

CEDIM/RJ. Direitos conquistados na história, 1996. Disponível em:
<<http://www.comdim-poa.ufrgs.br/feminismo.htm>> Acesso em: Jul. 2012.

CISNE, Mirla. A (im)possibilidade da emancipação das mulheres na "ordem sociometabólica" do capital. In: Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social, 10. **Anais...** Recife-PE: ABEPSS, 2006.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça**: a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de Assistência Social. In: **MOTA, Ana Elizabete (org.). O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. – 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2008, p. 225- 255

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 1994.

GOLDANI, Ana Maria. **Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção** In: Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.1, jan./jun. 2002.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 62, Ano XX, Março 2000, p. 05-34.

GURGEL, Telma. Gênero e Emancipação: Possibilidades e desafios estratégicos na relação do serviço social com o feminismo. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social**, 10. Anais... Recife-PE: ABEPSS, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo 2010**. Aumento da escolaridade feminina reduz fecundidade e mortalidade infantil. Disponível em <http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=580&id_pagina=1>. Acesso em: Abr. 2012.

IBGE. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/questionarios.shtm>>. Acesso em mar. 2012.

IPEA. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0860.pdf>. Acesso em mar. 2012.

IAMAMOTO, M V. CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983

IAMAMOTO, M. V. Os caminhos da pesquisa em Serviço Social . In: **Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social**, ABEPSS, Fortaleza. Anais ... Fortaleza: ABEPSS, 2004.

LISBOA, Teresa Kleba. A questão de gênero e os campos de estágio do curso de serviço social da ufsc. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social**, 11. Anais... São. Luís/MA: ABEPS, 2008.

LUSA, Mailiz Garibotti. Gênero, poder e exclusão social na agricultura familiar: da divisão sexual do trabalho às políticas públicas – a urgência da atuação do serviço social. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social**, 11. Anais... São. Luís/MA: ABEPS, 2008.

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/gtgenero_2009/macedo.pdf>
Acesso em 22 julho de 2012

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de janeiro: Vozes, 1996.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 55, p.114-129, 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às 108 famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 43-59.

MONTALI, Lilia. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. In: **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, ABEP, 2006, 27p. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_251.pdf. Acesso em 22 de julho de 2012.

MOREIRA, M. R. de A. A Constituição de Gênero no Serviço Social – um estudo a partir do depoimento de empregadores e assistentes sociais. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social. **Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64**. 15ª edição. São Paulo, Cortez: 2004.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1996.

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PERROT, Michelle. **Minhas Histórias das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. "Relações raciais nas pesquisas e processos sociais - em busca de visibilidade para as mulheres negras". In: VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Sueli. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 87-105.

RIBEIRO, Maria Salete. **A questão da Família na Atualidade**. Florianópolis, SC: IOESC, 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
 SANTOS, Aline. **Famílias chefiadas por mulheres**: permanências e rupturas com as tradicionais concepções de gênero. Disponível em:
 <http://www.fazendogenero.ufsc.br/2008/sts/ST34/Aline_Tosta_dos_Santos_34.pdf>
 . Acesso em: Abr. 2012.

SANTOS, Tânia Steren dos. Globalização e Exclusão: a dialética da mundialização do capital. **Sociologias**, Ciência e Tecnologia, Porto Alegre, v.3 n.6, p.170-199, jul./dez. 2001.

SARTI, Cynthia Andersen. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, PUC/SP, p. 21-35, 2005 a.

SARTI, Cynthia Anderson. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. – 3 ed.- São Paulo: Cortez, 2005 b.

SCOTT, Joan, (1990). Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, v. 16, nº 2, p. 5-22, Porto Alegre, jul./dez.

SCOTT, Russell Parry. Mulheres chefes de família: estudos apresentados em associações acadêmicas nacionais. In: **PRÉ-evento mulheres chefes de família: crescimento, diversidade e políticas**. Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002, 30p.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. In: **Revista Katálisis**, vol.10, p. 64-72, 2007.

SILVA, Carmen; FISCHER, Izaura. R; ARRAZOLA, Laura D. Agricultura, família e gênero: trabalho, ação coletiva e políticas públicas In: **Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social**, 10. Anais... Recife-PE: ABEPSS, 2006.

SILVA, Thaís Gaspar Mendes da. A política de assistência social e a centralidade na família: repercussões nas relações de gênero In: **Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social**, 10. Anais... Recife-PE: ABEPSS, 2006.

SILVA, Carla da; FAURY, Mirian. Formação profissional e gênero: aspectos da questão. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social**, 10. Anais... Recife-PE: ABEPSS, 2006.

SILVA, M. O. da S.; CARVALHO, D. B. B. (Org.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, M. O. da S.; CARVALHO, D. B. B. (Org.). Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil. In: **Revista Brasileira de Pós Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, 2007.

STREY, Marlene Neves. Gênero. In: **Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SORJ B.; FONTES, A.; MACHADO. D. C. As Políticas e as Práticas de Conciliação entre Família e Trabalho no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez. 2007

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. In: **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp. P. 15-25. 03 abr. 2007.

Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1025/3909>>. Acesso em: 20 Jun. 2012

TASCA, Aline de Aguiar. **Serviço Social e Família**: Ensaio de interpretação crítica a partir da produção do conhecimento no Serviço Social. 157f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

TAVARES, Márcia S; SILVA, Albany M. Lacunas no processo de formação profissional da (o) assistente social relativas ao trabalho social com famílias. In: Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social, 12. **Anais...** Rio de Janeiro – RJ, 2010.

VITALE, Maria Amalia Faller. Famílias Monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social & Sociedade**. – Ano XXIII, nº 71 – São Paulo: Cortez, 2002, p. 45-62.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004

YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis** nº 3 ABEPSS, 2003.

Apendice 1: Revisão linear acerca das transformações ocorridas no papel da mulher na sociedade

O desenvolvimento do tema proposto apresenta-se de forma a demonstrar as transformações ocorridas no papel da mulher na sociedade, para isto, faremos uma breve apresentação pontuando a evolução e conquista ao longo do século com algumas datas marcantes no contexto brasileiro:

1879 - Brasil - O Governo Brasileiro abriu as instituições de ensino superior do país às mulheres; mas as jovens que seguiam esse caminho eram sujeitas a pressões e à desaprovação social.

1880 - Brasil - As primeiras mulheres graduadas em direito encontram dificuldades em exercer a profissão.

1932 - Brasil - O Governo de Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto nº 21.076, garantindo finalmente o direito de voto às mulheres brasileiras.

1951- OIT - Aprovada pela Organização Internacional do Trabalho, a 19 de junho, a Convenção de Igualdade de Remuneração entre trabalho masculino e trabalho feminino para função igual.

1971 Brasil - Um grupo de mulheres liderado por Romy Medeiros se reúne no Restaurante da Mesbla, no Rio de Janeiro, para estudar uma estratégia visando comemorar um dia das mulheres, já que o Governo militar da época proibia a comemoração do 8 de março. Sugeriram a criação do dia 30 de abril, data de nascimento da pioneira Gerônima Mesquita, mineira de Leopoldina (MG) que chegou a servir na 1ª Guerra Mundial. A data passou a ser comemorada em 1980.

1985 - Brasil - Surge à primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher - DEAM, em São Paulo e, rapidamente, várias outras são implantadas em outros estados brasileiros.

1987 Brasil - Criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro - CEDIM/RJ, a partir da reivindicação dos movimentos de mulheres, com a atribuição de assessorar, formular e fomentar políticas públicas voltadas para a valorização e a promoção feminina, através do Decreto nº 9906, de 6 de maio de 1987. Atualmente é vinculado ao Gabinete Civil da Governadoria.

1988 - Brasil - Através do Lobby do Batom, as mulheres brasileiras, tendo à frente diversas feministas e as 26 deputadas federais constituintes, obtêm importantes e significativos avanços, na Constituição Federal, garantindo igualdade a todos os brasileiros, perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e assegurando que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

1989 - Brasil - O Governo Collor tira a autonomia financeira e administrativa do CNDM, esvaziando o órgão. Brasil - Em resposta ao desmantelamento do CNDM pelo Governo Collor, o movimento de mulheres voltou à luta e criou o Fórum Nacional de Presidente de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher, uma instância de articulação política, logo reconhecida e legitimada.

1990 - Brasil - O Fórum Nacional de Presidente de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher conseguiu diversos avanços acompanhando as ações do Congresso Nacional, estando articulado com os movimentos de mulheres para encaminhamento de projetos de lei. Junto aos Ministérios, encaminhou propostas de políticas públicas. Mantinha contatos formais com agências especializadas, organismos e fundos das Nações Unidas.

1996 - Brasil - Visando às eleições para prefeitos e vereadores, as mulheres se organizam em todo o País e, através do movimento "Mulher Sem Medo do Poder", aumentam o número de vereadoras e prefeitas em todo o território nacional. O

Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas, na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos políticos a inscreverem, no mínimo 20% de mulheres em suas chapas proporcionais (Lei nº 9.100/95 - § 3º, art. 11).

1997 - Brasil - As mulheres já ocupam 7% das cadeiras da Câmara dos Deputados; 7,4% do Senado Federal; 6% das prefeituras brasileiras (302). O índice de vereadoras eleitas aumentou de 5,5%, em 92, para 12%, em 96. No Estado do Rio de Janeiro, as mulheres ocupam 12% das vagas nas Câmaras¹².

Fonte: Elaborado pela autora com base em CEDIM/RJ (1996) - Direitos conquistados na história.

¹²Informações retiradas do site do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/RJ disponível em: www.comdim-poa.ufrgs.br/feminismo.htm (20/06/2012) ilustrando apenas o contexto histórico brasileiro.